

fazendo

AMANHÃ



Pinochet continua
espancando,
prendendo
e matando.
E vai durar
até quando?

Págs. 12 e 13

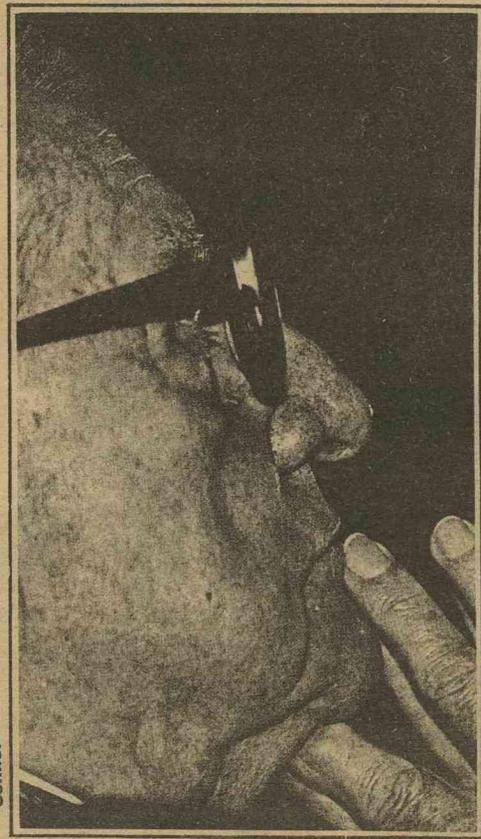
Meio ano de Plano Cruzado
nós fazemos um balanço

Pág. 3

Bancários

Voltando ao confronto

Págs. 8 e 9



Senhor

Uma crítica ao projeto
dos "Notáveis"

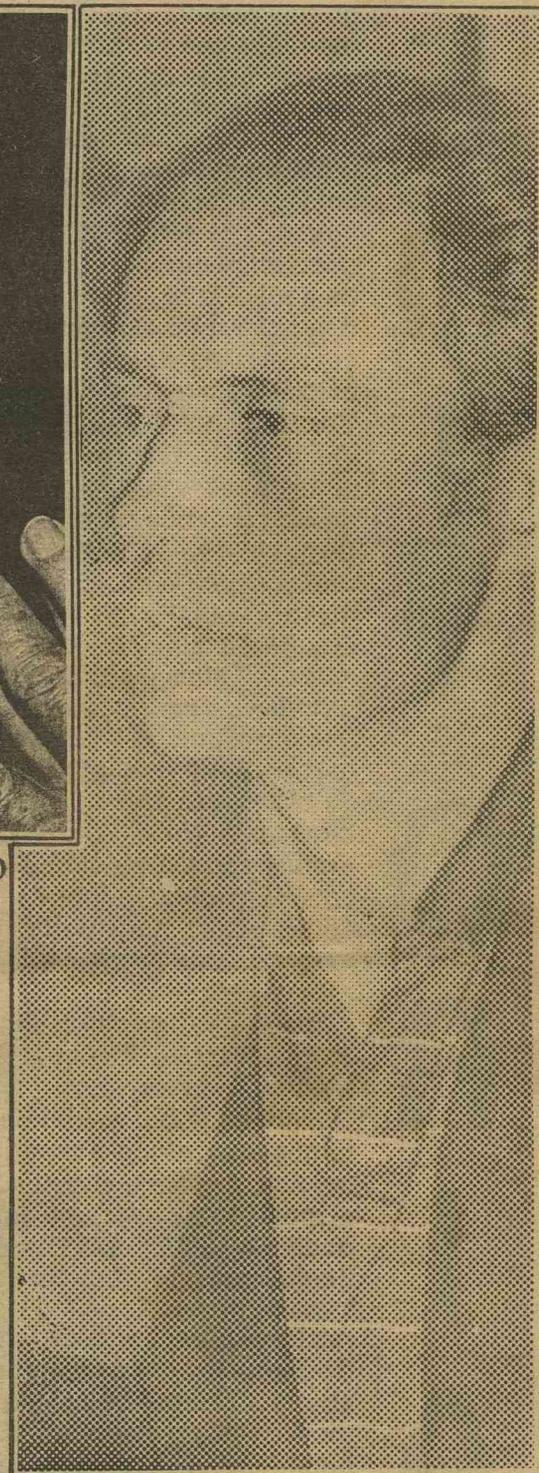
Págs. 6 e 7



Suplicy

PT: na hora de
mudar de rumo

Pág. 5



Para responder ao jogo bruto

EDITORIAL

O presidente José Sarney elogiou o trabalho dos "notáveis", mas informou-os de que não enviará suas conclusões à Constituinte como projeto do executivo. "O aproveitamento das ricas sugestões" será obra da Constituinte, "em sua indelegável soberania". O presidente tem o costume de fazer frases pomposas, particularmente quando algo não lhe agrada. Talvez, seja isto um produto da sensibilidade do brilhante poeta dos Marimbondos de Fogo. Mas, decididamente, o esmero dos "notáveis" de realizar uma obra impecavelmente conservadora, foi julgado insuficiente por Sarney e os grupos palacianos. Querem ainda mais para fazer desta república que se diz nova uma fortaleza inexpugnável dos senhores do capital. A palavra soberania mais uma vez, foi chamada para ajudar a compor o disfarce. Não é nenhuma novidade afirmar que a soberania de uma Constituinte numa sociedade burguesa tem como limite a intocabilidade do capital. mas isto é muito pouco para definir os limites que cercam as eleições dos deputados que deverão fazer a próxima "Carta Magna" da nação. O processo constituinte em curso está demonstrando de maneira cristalina, o rigor com que o governo e as classes possuidoras planejaram e executaram medidas capazes de lhes assegurar uma Constituição ultra-conservadora. De tal forma, que mesmo esta espécie, rara no Brasil, de democratas sinceramente convencidos dos "valores universais" da democracia burguesa, acaba ficando rubra de vergonha. O ex-ministro da justiça, Armando Falcão, não tem motivos para enrubescer diante de tal fato. Com a mesma empáfia dos tempos da ditadura, quando arquitetou leis para tentar garantir vitórias eleitorais à ARENA, veio a público para manifestar seu apoio as atitudes do governo que beneficiam os partidos que lhe dão sustentação. Aliás, o ex-ministro Falcão só tem motivos para ficar com inveja. Afinal, as leis draconianas da sua época eram logo carimbadas, com justa razão, de ditatoriais. Hoje, as articulações do governo que visam manter sob estrito controle o processo constituinte, são cobertas com o manto da democracia. Esta democracia, onde apenas quem participa do jogo das frações monopolistas do capital tem lugar ao sol. Onde as matreirices, dissimulações, sutilezas, promessas e demagogias, típicas da política e dos políticos burgueses, não anulam a existência da repressão e de restrições de toda ordem.

O dinheiro, todos sabemos nas mãos de quem ele está, e também sabemos o significado disto numa disputa política. A grande imprensa, todos sabemos ao lado e a disposição de quem ela está, e também sabemos o poder de formar opiniões que ela possui. O Ministro Paulo Brossard, com um de seus chapéus e com sua imponente pose ocupou o rádio e a televisão em cadeia nacional para, por doze minutos, contar mentiras e desfiar um rosário de argumentações reacionárias contra a Central Única dos Trabalhadores e os movimentos grevistas. A CUT, para responder, teve que pagar a publicação de uma pequena nota nos jornais. Seria por demais enfadonho descrever e discutir o que representam cada uma das leis, dispositivos e aparelhos, cuja finalidade é facilitar a vida dos partidos burgueses na luta política geral. Porém, é um imperativo fazer referência a mais três questões, que apesar de já terem sido denunciadas inúmeras vezes, evidenciam hoje serem aspectos chaves da política concebida para condicionar todo processo constituinte ao projeto da transição conservadora. Trata-se da distribuição do tempo gratuito no rádio e na televisão, da vinculação das eleições dos deputados constituintes às dos governadores do Estado e da transformação do Congresso em Constituinte em detrimento de uma Assembléia com mandato específico para constituir. A lei atual que regulamenta o uso do espaço gratuito nos meios de comunicação de massa, num exemplo da igualdade vigente na Nova República, foi feita com o objetivo indistintamente de reduzir a quase nada o tempo do PT. Por óbvias razões. A vinculação das eleições desfigurou a disputa em torno da Constituinte. Ao invés do debate em torno dos grandes temas nacionais, do

enfrentamento aberto de projetos globais, capazes de entusiasmar as massas, a burguesia força a polarização em torno de programas administrativos estaduais. Dessa forma, evita responder aos problemas mais espinhosos, despolitiza e fragmenta a discussão, e conduz a disputa para um terreno que lhe é mais favorável para impor um tom conservador. No rastro da eleição dos governadores, pretende eleger grandes bancadas de deputados comprometidos até a medula com suas posições. A não convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva, foi uma opção meticulosamente pensada para ampliar a tutela do Poder Executivo e a influência dos grandes grupos econômicos sobre os constituintes. Basta verificar, como exemplo, que os senadores eleitos em 82, terão poderes constituintes por delegação do ato convocatório, enviado ao Congresso Nacional pelo governo Sarney.

A incidência política destes três elementos, aos quais juntam-se o peso do poder econômico, o papel da grande imprensa, e todas as demais leis restritivas e aparelhos repressivos, não pode ser medido através da simples soma matemática de todos eles. Porque compõem uma totalidade, um projeto articulado, cujo efeito é "n" vezes mais forte. E representa e mostra o jogo bruto do governo e da burguesia para tentar eliminar surpresas desagradáveis,

Este jogo bruto que se acentua a cada momento, é o contraponto para compensar o descontentamento crescente das massas populares. Que se manifesta na frustração com o Plano Cruzado, que anunciava melhores condições de vida. E trouxe o ágio, a especulação, a sonegação, a manipulação dos índices inflacionários, o arrocho salarial, a enganação do congelamento, a escassez de produtos. Que se manifesta diante da farsa da reforma agrária do MIRAD, que prometia terra aos camponeses. E trouxe a manutenção do latifúndio. E que desagua nas greves e mobilizações dos trabalhadores rurais e urbanos. Mas o descontentamento não é suficiente para dar respostas que correspondam a radicalidade da disputa política. Ele não é sinônimo de nível de consciência elevado. Fato marcante, sobretudo, em segmentos despossuídos mas desorganizados da população, e que por isto mesmo são suscetíveis a especulação demagógica de políticos reacionários. Enfrentar este quadro complexo, mas onde há um estado de espírito francamente favorável à luta, exige uma clara definição inicial, por uma linha de campanha politizada e dirigida às massas, que aposte na polarização pela esquerda, que ouse não capitular ao senso comum, que trave o combate em todas as frentes, inclusive naquela que diz respeito aos costumes, ao modo de vida, a moral, etc; uma linha de campanha que faça a denúncia viva e permanente do governo e da exploração capitalista, articulada com a apresentação de um projeto político alternativo, que globalize as aspirações e reivindicações dispersas.

Alterar os rumos da campanha, eis a tarefa que se impõe. Rasgar um caminho diferente, que se oponha ao bloco burguês-conservador e sirva de embrião para construir um bloco operário e popular, na luta política de massas. Só assim, poderemos responder ao jogo bruto, com desagradáveis surpresas para os dominadores.

 **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genoíno Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro, Sérgio Murilo.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 - São Paulo - SP - Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

O rei vai ficando nu

Seis meses depois de aparecer como “redentor da nação” o Plano Cruzado já está quase nu. Os brilhos e paetês iniciais foram ficando pelo caminho e cada dia vai mostrando a real dimensão desta “cruzada”. Junte-se a isto a forma como a Nova República e o governo Sarney estão tratando as greves — abaixo de pau e pedra — e teremos o que sempre tivemos, aliás: ordem para os de baixo; progresso para os de cima.

Mas não era isto que prometia o governo a 28 de fevereiro quando lançou o Plano Cruzado. Quem não lembra as promessas? E a garantir tudo que estava sendo prometido “os batalhões de fiscais do Sarney eternamente atentos e vigilantes”. Ou como disse o próprio Sarney: “O povo mobilizado evitará qualquer fracasso”. E vislumbrava-se também um horizonte cor-de-rosa, pois, “a lucratividade dos bancos baixaria”, ao mesmo tempo, que também não haveria desemprego em meio aos bancários porque eles seriam absorvidos em outras atividades.

Recentemente o DIEESE, divulgou um estudo sobre a lucratividade dos banqueiros: 37 bilhões de cruzados apenas no primeiro semestre de 1986. A reação dos banqueiros foi imediata: a FENABAN, Federação Nacional dos Bancos, em nota paga na primeira página dos principais jornais do país, informava que os dados do DIEESE estavam errados, afinal, segundo dizem, a sua lucratividade não ultrapassou os 5 bilhões e 180 milhões de cruzados no mesmo período.

DESEMPREGADOS

Quanto as taxas de desemprego os banqueiros não são tão enérgicos. Nada respondem quando os dados são divulgados: mais de 140 mil demissões desde o lançamento do programa do governo. Isto apesar da tabela de serviços cobrados ao público, a fim de compensá-los das perdas ocorridas, e da promessa de reabsorverem a mão de obra demitida. A única coisa que dizem a este respeito é que a idéia está em curso. Como em curso também estão as demissões.

Ao mesmo tempo os produtos vão sumindo das prateleiras dos supermercados, armazéns, farmácias, lojas de eletrodomésticos, etc. E alguns tornam a aparecer, com maquiagem nova. Ora trocam a embalagem, ora trocam o nome e, também não trocam nada. E também nada acontece.

É só ver o caso, exemplar, de um ferro de passar roupas que “maquiado”, com uma bobina em sua parte posterior que permite enrolar o fio que vai à tomada, voltou à prateleira custando entre 200 e 300 cruzados a mais do que o modelo original. Ou então, produtos que eram vendidos em caixas, como o sabão em pó, passaram a ser vendidos em sacos plásticos e por aí fora. Em uma pesquisa realizada em São Paulo, nos meses de junho e julho, chegou-se a uma cifra de cerca de cem produtos suspeitos de maquiagem. E a coisa promete não parar.

A SONOLÊNCIA PATRIÓTICA

Os fiscais do Sarney, tão ferozes e patrióticos nos primeiros dias parecem agora sonolentos e sem ânimo. Ou será que perceberam que, por trás de seu frenético ânimo inicial e das frenéticas afirmações do governo, iam sendo tramados alguns acordos?

Senão, como explicar tanta condescendência, tanta conivência, tanta cumplicidade do governo Sarney para com os especuladores, seja de remédios, seja de alimentos? A especulação do mercado financeiro não cessou, mas apareceu ainda uma outra, de caráter diferente. Basta dizer que a carne importada, por exemplo, demora mais tempo para subir do porto de Santos para São Paulo do que na viagem da Europa para cá, tal é o esquema montado pelos especuladores. E, para isto, o governo só tem olhares de benevolência.

DESCONGELANDO A GASOLINA

Outra das promessas do Plano era manter o congela-



mento de preços. Mas o que dizer então do Plano de Metas, que veio complementar o Plano Cruzado, e do seu significativo “empréstimo compulsório” sobre os combustíveis e o comércio de automóveis. Foi apenas um descongelamento com outro nome. Bloqueado politicamente na sua intenção de constituir uma holding para administrar todas as estatais, medida que era vista como a saída das saídas, Funaro teve que desviar a rota em direção ao Plano de Metas e acabou descongelando os preços dos combustíveis e automóveis. Foi-se pelo ralo outra das carinhosas promessas de Sarney realizadas em fevereiro.

Assim como, lentamente, a cada mês que são divulgados os índices, começa a sumir pelo ralo a mitologia da inflação zero. Porém esta foi, talvez, a mais bombástica das decisões anunciadas em fevereiro, e é fácil perceber seu peso político. Portanto, para o governo é fundamental acalantar esta lenda. E entre tantas coisas que aprendeu ou que trouxe consigo do regime militar, é claro, que não faltam as manhas e artimanhas pelas quais os índices vão sendo manipulados, empurrados sempre para baixo ao custo de muita magia e outro tanto de discursões.

QUEM ESCONDEU O BOI?

Entretanto existe um produto que não volta para as prateleiras; nem com maquiagem nem sem ela: a carne do boi. Até agora pouco parecem ter adiantado as ameaças e ultimatos do Ministro e do Presidente. Contudo a mistura de sedução e terror empregados nos últimos dias (redução do ICM de 12 por cento para 1 por cento e ameaças de aplicação da Lei Delegada n.º 4 (que permite expropriação dos bois no campo) pode surtir algum efeito. Mas a redução do ICM implica, na verdade em um subsídio, que, até agora, ninguém quer avaliar as proporções. Apenas em Goiás, onde praticamente todos os frigoríficos pararam e deixaram de ser abatidas 80 mil cabeças por mês, também o Estado deixou de recolher mensalmente 5 milhões de cruzados em ICM. No Mato Grosso do Sul, segundo o Secretário da Fazenda do Estado, Mauro Wasileki, sem o subsídio do governo, o Estado deixaria de auferir uma renda de 80 milhões. Além de Goiás e Mato Grosso também receberiam estes subsídios o Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. E Funaro e sua equipe insistem em dizer que não conseguem avaliar o montante geral.

Entretanto, se não conseguem avaliar o montante de concessão em termos econômicos, não é difícil avaliá-lo em termos políticos. O governo cede a pressão do latifúndio e concede subsídios também a carne. Do bolso de quem sairão estes subsídios? Isto não impede Sarney de continuar insistindo que “o Plano Cruzado é um plano em benefício dos humildes...” Estranho benefício este onde os realmente beneficiados não são aqueles propriamente humildes.

ÁGIO MESMO É O DO FERRO

E a partir daí justifica retoricamente as medidas que considera serão suficientes para resolver os problemas do abastecimento. Aliás, o mais visível calcanhar de Aquiles do Plano Cruzado.

Contudo, há outro, não tão visível assim: o ferro-gusa. Comparado ao ágio exercido neste setor, aquele existente no setor de abastecimento da carne bovina assemelha-se a um piquenique. Esta indústria mineira é responsável por quase toda a produção nacional do produto e sempre foi muito generosa com as campanhas eleitorais de seus políticos patrícos, de Tancredo Neves a Aureliano Chaves passando por seu colega de governo, José Hugo Castelo Branco. Esta ligação, segundo relato da revista *Senhor*, sempre lhe permitiu ao longo das três últimas décadas praticar impunemente um ágio em seus preços da ordem de 15 a 20 por cento. Entretanto, nunca se viu nada como agora: o ágio chega a 46 por cento. Ora, se o ferro-gusa é matéria essencial à siderurgia e ao setor de fundição, é fácil imaginar a pressão que este fato provoca sobre os preços dos produtos industrializados. E o mais interessante é que o Presidente Sarney que vive a caça de sabotadores do Plano Cruzado em todos os cantos, as vezes, é atacado por súbitos surtos de miopia.

Por exemplo, o Secretário-Geral do CONSIDER, William da Rocha Cantal tem idéias muito próprias sobre a forma como tratar esta questão. Aconselhou recentemente a um grupo de empresários paulistas — que esperavam ouvir dele um relato sobre as providências governamentais para coibir o ágio — a simplesmente a repassar o ágio para o preço final de seus produtos. Segundo ele, alguns produtos, entre os quais o ferro-gusa não estariam sujeitos ao tabelamento.

A fúria que Sarney descarrega sobre os “sabotadores” deve cegá-lo: não consegue percebê-los a um palmo de seu nariz. Ou, como diz o provérbio: o pior cego é aquele que não quer ver. E a Nova República não quer ver, a lucratividade dos banqueiros, o engodo dos produtos “maquiados”, o descongelamento produzido pelo Plano de Metas, os índices de inflação, o ágio por todos os cantos e lugares, a concessão ao latifúndio e aos grandes industriais, porque ela, assim como seu plano, fazem parte de todo este sistema. E toda a demagogia de Sarney e Funaro juntos não conseguem esconder isto.

No EMFA, um especialista em guerrilha

“Comunismo”, “Lavagem Cerebral” e “Técnicas Construtivas e Destrutivas e Guerrilha”. Estes, três, entre os trabalhos publicados pelo novo Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva.

Considerado um dos maiores especialistas em assuntos de guerra revolucionária e guerrilha, o novo Ministro-Chefe do EMFA assumiu manifestando estranheza pela reabertura do caso do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. Para ele, o caso está encerrado: “Se houve anistia é para que não haja reabertura de caso nenhum, nem contra os expropriadores, nem contra os justiceiros e nem contra o caso Rubens Paiva”.

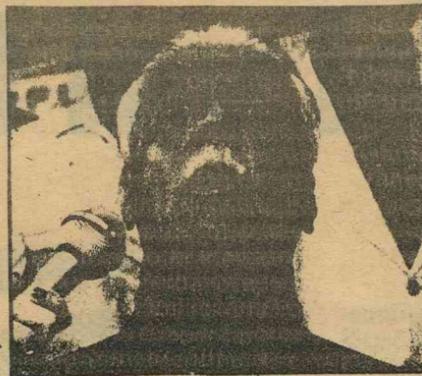
O general Paulo Campos Paiva deverá chefiar o EMFA até julho de 1987 e é ex-adido militar naval e do Exército na embaixada do Brasil na Itália, ex-chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército e exercia a chefia do Comando Militar do Sul.

Na chefia do EMFA, ele substituiu o almirante José Maria do Amaral, que deixou o ministério por ter passado para a reserva e que já é o novo ministro conselheiro militar na delegação brasileira junto às Nações Unidas.

Na ONU, o almirante recebe vencimentos da ordem de 8 mil dólares (112 mil cruzeiros) mensais, residência, automóvel e assessores a disposição. Sua missão será a de atuar “no campo do desarmamento e da manutenção da paz e da segurança internacional”.

No mesmo dia em que o general Paulo Campos Paiva assumia a chefia do EMFA, afirmando que o caso Rubens Paiva estava encerrado, o procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves confirmava as acusações de que o general Sílvio Frota, ministro do Exército no governo Geisel, teria acobertado as investigações sobre o desaparecimento do ex-deputado.

“Sim” quer dizer “não” quer dizer...



Um componente sem dúvida importante na caricata personalidade do prefeito de São Paulo é sua extrema facilidade de dizer “sim” e, ato contínuo, dizer “não”, ou vice-versa.

Nos últimos dias, pelo menos em dois momentos Jânio Quadros demonstrou esta sua habilidade.

Primeiro: no dia 15, pela manhã, decidiu demitir o presidente da Companhia Municipal de Transporte Coletivos — CMTC — Jether Abreu. No início da tarde mandava um emissário à sede da empresa para buscar o “pedido de demissão” que havia sugerido, para, horas depois mudar de opinião e deixar o dito pelo não dito.

Segundo: depois de recorrer à Justiça, pedindo anulação do tombamento dos Jardins, na zona sul de São Paulo, e de ter autorizado demolições e construções na área à revelia do tombamento, Jânio Quadros dá marcha a ré. Anuncia que pretende criar uma legislação específica de preservação dos Jardins, já tendo iniciado estudos no zoneamento para resguardar as características da região.

As “baixas” remunerações no Exército



Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica — os problemas de um não são necessariamente os problemas de outro

As reclamações dos militares do Exército quanto às “baixas remunerações” já estão dando cadeia.

No Rio Grande do Sul, o coronel Valter Bazarov Pinto, 32 anos de Exército, foi exonerado do comando do 9º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Pelotas. Isto porque sua mulher escreveu uma carta publicada no jornal de maior circulação no Estado, reivindicando melhoria nos soldos dos militares.

Logo após manifestar sua “estrangeira indignação” com a exoneração, o coronel Valter Bazarov Pinto recebeu ordem de prisão.

Enquanto isto, na Aeronáutica, segundo o ministro Octávio Moreira Lima, “não tem problema, o pessoal é disciplinado”.

Cruz: Jânio ou Mussolini?

Se em 1984 o general Newton Cruz inspirou-se em Mussolini para executar as medidas de emergências no Planalto, durante a votação da emenda das Diretas-Já, agora, como candidato do PDS do Rio de Janeiro à deputado federal constituinte, baseia sua atuação num modelo tupiniquim.

Ele elegeu o prefeito de São Paulo como guru e repete, na Vila Militar, o que Jânio Quadros fazia na Vila Maria: bate de porta em porta, fala com mulheres de oficiais durante o expediente dos maridos e com os próprios, depois, pedindo votos.

O discurso ele vai recheando como pode. Fala desde os resultados das investigações sobre o desaparecimento do deputado Rubens Paiva — “querem achincalhar o Exército, diminuí-lo” —, até as reclamações salariais dos militares que, segundo fontes, seria resultado da obra de fermentação de Cruz — “negam-lhe até recursos para reaparelhamento, modernização e remuneração do pessoal”.

A remuneração dos militares, então, é questão de princípio para o general, que já relaciona o aumento do número de votos que poderá obter a 15 de novembro, com o crescimento da insatisfação salarial na área.

Café (robusta) com leite (radioativo)

Tocou para os brasileiros, mesmo, consumir o leite contaminado por radioatividade e que foi importado da Irlanda do Norte pelo governo.

A contaminação determinou que as 3.100 toneladas do produto ficassem retidas no porto de Santos, mas não impediu a posterior entrada do leite irlandês nos estoques do governo e sua distribuição ao mercado. Afinal, a “comissão que examinou o leite constatou que os índices de radiação encontrados estão abaixo dos padrões utilizados por diversos países”, garantiu o secretário executivo do

Conselho Interministerial de Abastecimento, João Bosco Ribeiro.

Além de deixar embutido na sua afirmação o reconhecimento da contaminação no leite, Ribeiro não disse quais os países que ao lado do Brasil, realizam a proeza de consumir leite radioativo.

E para que a receita do tradicional café com leite brasileiro pudesse ser completada desta maneira *sui-generis*, o governo tomou suas providências. Imediatamente passa a importar 1,5 milhão de sacas de café robusta, da pior qualidade, cultivado principalmente na África.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), preocupado em abrigar seus 4 mil funcionários cariocas, alugou um prédio de dezesseis andares no centro do Rio de Janeiro, pelo que, desde abril, vem pagando um aluguel mensal de 2 milhões de cruzeiros.

Agora, o órgão concluiu que no prédio só cabe a metade dos seus funcionários, que ainda continuam espalhados por quarenta imóveis alugados, a um preço de Cz\$ 1 milhão por mês.

Até aí, um “simples” erro de cálculo. O mais interessante é que a locação do

prédio foi feita por valor superior aos preços médios de mercado. Ainda por cima, sem licitação.

A Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, através de um laudo técnico, avaliou o valor locatício do prédio em Cz\$ 1,5 milhão. Portanto, 25 por cento abaixo do preço que está sendo pago pelo DNER. No mesmo documento, o valor de venda do prédio está calculado em 160 milhões de cruzeiros, o que corresponde à metade do preço estipulado para a opção de compra do imóvel no contrato de locação firmado pelo Departamento.

Censura e censura

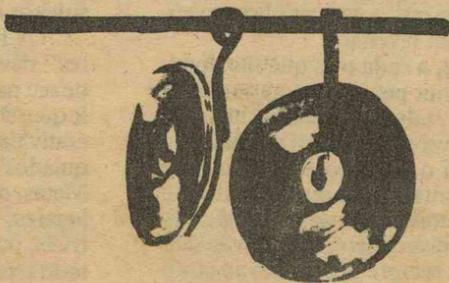
Desde março do ano passado, a Nova República já vetou integralmente oito músicas e liberou “com restrições” 192 composições. Mesmo assim, para o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas, Coriolano Fagundes, a tesoura mudou sua postura na Nova República: “Criamos a liberdade restrita para as músicas que antes eram aprovadas ou vetadas integralmente”.

Na última penada, quem levou a pior foi o grupo Camisa de Vênus, que teve proibidas para execução pública oito músicas de seu disco “Viva”. Foram censuradas “Eu não matei Joana D’Arc”, “Hoje”, “My Way”, “Bete Morreu”,

“Solução Final”, “Sílvia”, “Metástase” e “O adventista”.

Mas a censura neo-republicana não se limita à produção musical ou artística — quem esqueceu *Je Vous Salue Marie?* —.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, continua firme na defesa das “autoridades constituídas” e fiel



ao princípio que leva a marca, ora de uma tesoura, ora de um lacre.

Este mês, mandou lacrar o transmissor da TV Ribamar, no Maranhão, porque a estação vinha, sistematicamente, atacando o presidente da República e o candidato da Aliança Democrática ao governo do Estado, deputado Epiácio Cafeteira, apoiado pela família Sarney.

A TV Ribamar, que coincidentemente leva um dos nomes do presidente, talvez numa homenagem a seus tempos pedesistas, pertence ao deputado federal Raimundo Vieira da Silva, do PDS, que classificou a medida de Antônio Carlos Magalhães como “arbitrária, igual ou pior do que nos tempos da ditadura”. Aliás, de arbitrariedade deve entender bem o deputado.

Dinheiro para maquiagem

A proximidade das eleições determinou que, somente neste segundo semestre do ano, o Governo Federal aplique 100 milhões de cruzeiros na sua própria imagem.

Do total de recursos liberados para publicidade de vários ministérios e órgãos públicos federais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal disporão de 60 milhões de cruzeiros.

E o setor privado também não perde tempo. Depois da União Democrática Ruralista — UDR —, um grupo de empresários criou, em Brasília, a UFP — União de Forças Políticas —. A organização já surgiu com 80 milhões em caixa para serem investidos na eleição de candidatos que defendam a bandeira do empresariado na Constituinte.

Não ceder ao senso comum

Antonio Ermírio de Moraes e Paulo Salím Maluf são, respectivamente, o primeiro e o segundo colocados em todas as pesquisas de opinião veiculadas pela grande imprensa, no estado de São Paulo. Os resultados da grande maioria dos demais estados indicam, via de regra, que candidatos vinculados às classes dominantes estão na frente. Será isto o resultado de um surto conservador que assola as massas deste país? As pesquisas nem sempre se confirmam na hora das apurações, mesmo porque, não é nenhum absurdo imaginar que prestam-se, pelo menos várias delas, à manipulação. De qualquer modo, a evolução do processo eleitoral, até o momento, deixa motivos suficientes para preocupar os que estão empenhados em instabilizar a transição burguesa e em construir uma saída independente da classe operária e do povo.

UM ESPAÇO CONSERVADOR

É verdade que as classes dominantes desencadearam uma forte ofensiva pró-conservadorismo. Os discursos e as ações do Presidente, dos Ministros e demais autoridades da Nova República são elucidadores. Que o digam os trabalhadores que participaram dos movimentos grevistas recentes. Dos bóias-frias de Leme até os bancários de todo Brasil. Em São Paulo, Ermírio, Maluf e Quéricia, com inflexões distintas, disputam entre si num espaço nitidamente conservador. O tema segurança urbana, prato predileto da demagogia direitista,

são do confronto político-ideológico que está posto, e orienta o tipo de campanha e de atividade política que deve ser desenvolvida.

É pertinente lembrar os resultados eleitorais de 15 de novembro de 1985, que surpreenderam muita gente em todo Brasil. O PT, contrariando todos os prognósticos da burguesia e pesquisas eleitorais, venceu em Fortaleza e em Goiânia (onde foi roubado) e teve excelente desempenho em várias outras cidades. Qualquer balanço, apontava para o revés sofrido pela Nova República, pois foi derrotada em cinco dentre as oito principais capitais dos estados. E seu objetivo inicial, de isolar e marginalizar o PT, e também de imprimir derrotas ao PDT no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, não foi alcançado. Em São Paulo, além da vitória da direita, foi fato digno de registro, os 20 por cento de votos obtidos por Eduardo Suplicy.

DESCONTENTAMENTO MANIFESTO

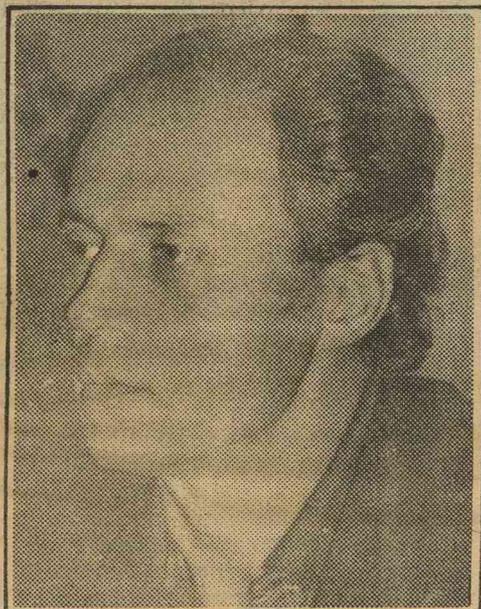
Mesmo cometendo equívocos sérios nas campanhas, o PT saiu daquele processo fortalecido eleitoralmente. Foi o partido que, proporcionalmente, mais cresceu a partir de 82. O voto no Partido dos Trabalhadores representou uma manifestação de descontentamento com a Nova República. Era de se esperar, portanto, que o governo Sarney, neste ano de 86, iria tomar iniciativas maiores no plano político, econômico e ideológico, e aprofundaria seu combate ao PT. Afinal, um partido

Honesto, sincero, administrador competente e participativo, humano, coerente, etc. Valores, sem dúvida, louváveis. Mas que, quando desarticulados de um projeto, quando desprovidos de uma mínima perspectiva de classe, não apenas despolitizam como confundem.

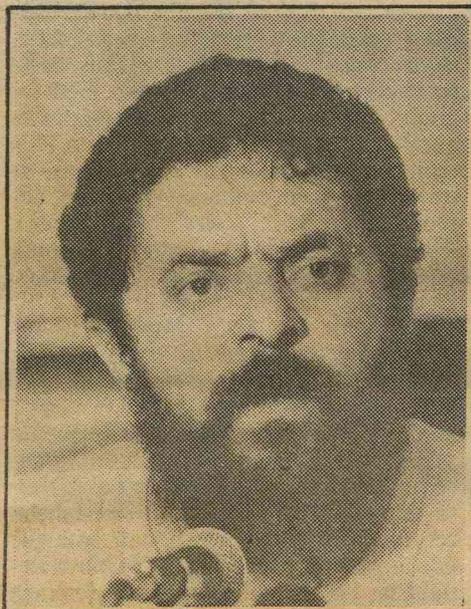
Todos sabemos, que Antonio Ermírio de Moraes é o candidato da grande burguesia paulista, apoiado por quase todas as frações das classes dominantes. Sabemos mais, que Ermírio enriqueceu explorando a mais valia dos trabalhadores, que Ermírio aumentou sua fortuna na sombra da ditadura militar, que Ermírio é um conservador e tem ao seu lado notórios direitistas. Mas qual é a imagem dele que a mídia vende, que ele cultiva no horário gratuito, e que muita gente acaba engolindo? Novo São Paulo. O não-político, o empresário honesto e com experiência administrativa comprovada, o rico mas humilde, o coerente que não apoiou a ditadura, o espontâneo e sincero. Ermírio é a novidade, com a vantagem de ser o porta-voz de uma classe que não sofre propriamente dificuldades financeiras. E de ter a sua disposição praticamente todos os meios de comunicação de massa. Daí porque, parte dos votos dados ao PT em 85, migram para o candidato do PTB.

SUBORDINAÇÃO AO SENSO COMUM

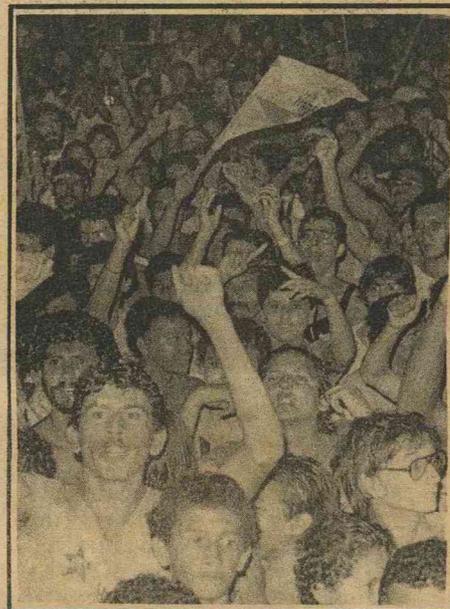
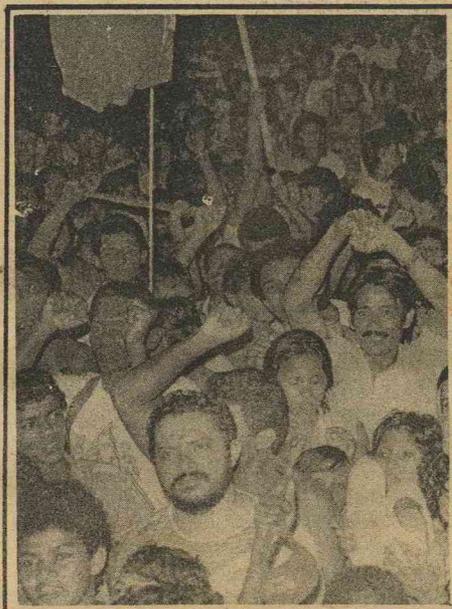
A campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores,



Suplicy



Lula



é uma das prioridades na campanha eleitoral. Policiamento ostensivo nas ruas, repressão ostensiva com tropas de elite, cadeias sem "mordomias" (leia-se, sem direitos mínimos), fim da criminalidade, são alguns dos itens que integram o rol das promessas. Não foi por acaso que presidiários, da cidade interiorana de Presidente Wenceslau, foram assassinados à pauladas. Nenhum dos três fez críticas contundentes a este ato de barbarismo. Ao contrário. Maluf, como era de se esperar, elogiou a conduta exemplar da Polícia Militar. Quéricia disse que nada sabia sobre o assunto, e acrescentou "para mim está tudo bem". E Ermírio limitou-se a isentar o governo de qualquer responsabilidade. Aliás, Ermírio foi acusado no início da campanha de manter em uma fazenda de sua propriedade, crianças trabalhando em regime de semi-escravidão. O "empresário modelo", só respondeu com evasivas.

ESPECULANDO COM DIFICULDADES

Esta ofensiva destina-se, aproveitando a ocasião propícia das eleições, à tornar o conservadorismo histórico das classes dominantes, aceitável, tido como normal e positivo, pelos baixos. É evidente que, por ser patrocinado por milhões e milhões e apoiado maciçamente pela grande imprensa, por especular com dificuldades cotidianas das massas e seu universo fragmentado, tem sensibilizado expressivos segmentos da população, particularmente setores das camadas médias e das camadas periféricas despolitizadas e desorganizadas. Todavia, isto não autoriza, de forma alguma, a conclusão de que o vírus conservador e reacionário se disseminou e se consolidou nas massas populares. Dá apenas, a dimen-

com penetração de massas, de oposição e não integrado à transição, com peso político-eleitoral, é uma ameaça à ordem monopolista que se pretende estabilizar.

Mas, em função da tática de campanha, não se pode afirmar que o avanço eleitoral do ano passado, traduziu-se em acúmulo solidificado em torno de uma alternativa política. A adesão e o voto no PT, mesmo expressando uma contestação à Nova República, foram, na maioria dos locais, difusos. Porque a imagem que se veiculava na televisão, que deu o tom na eleição de 85, não era a mesma que se via, através dos ativistas, nas greves, mobilizações e lutas de todo tipo. E muito menos, uma imagem que fosse além do apoio às greves e mobilizações, que fundisse às lutas todas, e colasse a elas uma saída global, oposta a transição burguesa.

OS ATAQUES SE MULTIPLICARAM

Se estes problemas já eram graves, são agora muito mais, e repercutem intensamente. Porque a natureza da disputa é diferenciada. Porque não estão em questão somente as capitais, mas o governo dos Estados e principalmente o processo constituinte. Porque o governo Sarney tomou medidas, radicalizou suas posições, partiu para a luta com artilharia pesada. Porque os ataques da burguesia e do governo se multiplicaram. Porque o PT já não é mais novidade.

Quais eram os principais valores veiculados pelo PT em São Paulo na campanha de 85 e que, em certa medida, são repetidos hoje? Experimente que é diferente.

especialmente em São Paulo, é diluída e sem perfil claro porque se subordina ao senso comum, porque faz concessões aos valores das parcelas conservadoras das camadas médias. Assim, o PT não demarca um campo próprio, não ganha o voto destas parcelas das camadas médias, que foram cooptadas pelo projeto dos monopólios e são vacinadas contra o PT, e, por fazer concessões, não se oõe com eficácia às idéias conservadoras e reacionárias.

Não se trata, é bom frisar para não deixar dúvidas que podem prestar-se a interpretações equivocadas, de recusar o voto das camadas médias. Mas de compreender que, por razões de ordem econômica, política e ideológica, nem todos os seus setores podem ser atraídos por posições progressistas. E que a disputa dos seus segmentos avançados reivindica um projeto definido.

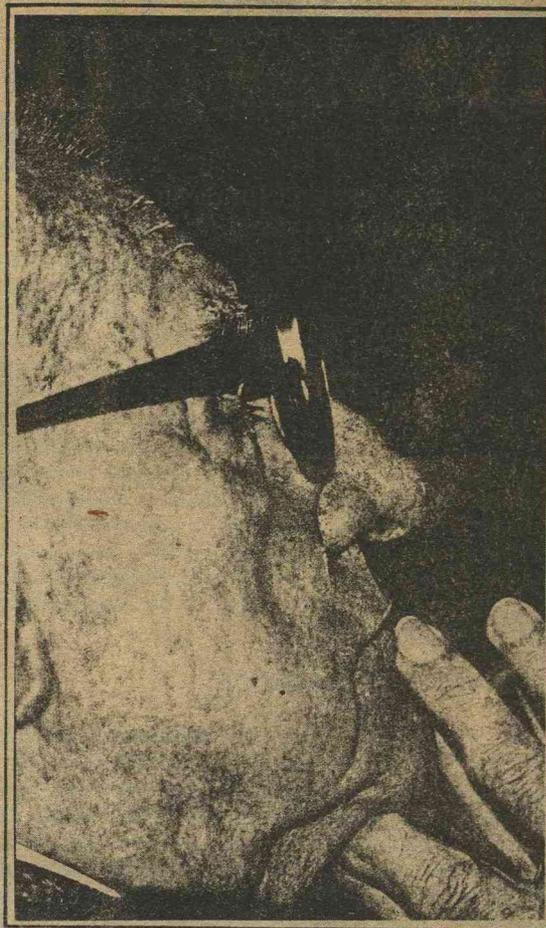
É diferente a relação que envolve os deserdados das periferias. Estes, apesar de seguidamente deixarem-se seduzir por proposições de direita que manipulam seu descontentamento com promessa e "soluções" simplificadoras, não aderiram a projeto algum e possuem contradições profundas com o projeto burguês monopolista.

O tempo urge. Mas alterar os rumos não é apenas possível, é fundamental. Uma campanha politizada, dirigida para o proletariado, as massas populares e os segmentos avançados das camadas médias. Que faça um corte pela esquerda no eleitorado. Que aposte na polarização e na controvérsia. Que dê combate ao conservadorismo em todas as frentes. Que se apoie no movimento vivo das massas. Que busque combinar um bom desempenho eleitoral, com o fortalecimento político e organizativo de um caminho dos explorados e oprimidos.

O SEGUNDO SÉCULO

DOS "NOTÁVEIS"

Ozeas Duarte



Senhor

Afonso Arinos

A Comissão dos "Notáveis" concluiu afinal a sua obra e passou-a às mãos de Sarney. Fez constar em seu preâmbulo a proclamação da "necessidade de oferecer ao nosso País uma Constituição que, ao termo do primeiro século do regime republicano, supere as causas das suas experiências negativas e assegure à Nação uma era contínua de Paz, Liberdade, Segurança Pessoal, Bem-Estar e Desenvolvimento..." Vê-se que os "notáveis" pretenderam pensar longe, oferecendo-nos nada menos do que a "ordem" do segundo século.

A destinação do anteprojeto, concebida ainda por Tancredo Neves, foi, no entanto, surpreendentemente alterada. O plano de utilizá-lo como proposta do governo ao Congresso constituinte foi substituído pela sua simples transformação em mais um subsídio, distinto dos demais apenas pelo fato de o governo se dispor a publicá-lo no Diário Oficial. Poderá ser encaminhado formalmente ao Congresso constituinte somente no caso de este o solicitar expressamente.

Que fatos novos teriam provocado tal mudança? Afinal, sabemos o quanto era importante a obra dos "notáveis" enquanto instrumento de tutela do Congresso pelo governo da Nova República, visando institucionalizar mais facilmente a transição conservadora. O Planalto "esclarece" que, desse modo, pretende evitar uma influência indevida do Executivo sobre os constituintes. São cuidados que, entretanto, não existiram antes, como jamais existirão.

Aparentemente os "notáveis" não responderam plenamente à expectativa que sobre eles foi depositada. É o que se pode deduzir não só do gesto de Sarney como das manifestações vindas de portavozes significativos da opinião burguesa a respeito do anteprojeto. Desde algum tempo a grande imprensa mais reacionária, como o jornal *O Estado de São Paulo*, vinha estampando editoriais virulentos contra algumas conclusões da Comissão. Ultimamente as críticas com igual teor transformaram-se num autêntico bombardeio, vindo de variados representantes políticos e ideológicos da direita mais "incivilizada".

O ex-presidente da FIESP, Luiz Eulálio, um dos "notáveis", registrou sua discordância com o conjunto do anteprojeto, justificando o fato de subscrevê-lo como um simples gesto de solidariedade ao esforço dos seus colegas. Outro "notável", o empresário Sérgio Quintella, apresentou voto em separado, por considerar o anteprojeto de "forte conteúdo intervencionista e estabilizante" e avesso "ao capital (especialmente o privado), ainda que nacional". Delfim Netto concentrou suas baterias contra o item relativo à dívida externa, classificando-o como "uma demagogia barata, ridícula". E o próprio secretário executivo da Comissão — o jurista, professor da Escola Superior de Guerra e chefe da Divisão Política do Colégio Interamericano de Defesa, Órgão do Pentágono, Ney Prado — lançou sobre "o texto do nosso anteprojeto, na sua abrangência" os qualificativos pouco corteses de "casuístico, preconceituoso, utópico, socializante, xenófobo e, em muitos casos, perigosamente demagógico".

Explica-se pois a atitude de Sarney. Ele simplesmente capitulou frente à pressão dessa direita, que opera por dentro do próprio Planalto, onde se encontra fortemente representada. Diante desse dado novo, não faltarão os desapaisados, nem os eternos adeptos do apeio ao ruim para evitar péssimo, nem os reformistas e ilusionistas de sempre, dispostos a tecerem sobre o anteprojeto dos "notáveis" o desenho de uma imagem reformadora, democrática e progressista. Nós, ao contrário, julgamos necessário contrapor ao anteprojeto uma crítica radical, compatível com o propósito de contribuir para uma

alternativa popular às formulações burguesas — situadas, todas, no universo do conservadorismo — sobre os temas constitucionais.

Ordem econômica: onde as tais mudanças?

O anteprojeto não apresenta novidades significativas no capítulo sobre a ordem econômica. Aqui se reproduz quase integralmente o pensamento jurídico tradicional da burguesia brasileira. A "atividade econômica" é definida como atributo da iniciativa privada. Ao Estado compete intervir apenas para estimulá-la ou suplementá-la. No primeiro caso, visando "incentivar e promover aquelas atividades que pretende ver desenvolvidas" e no segundo, "somente quando a intervenção se mostra como comprovadamente necessária e conforme diretrizes do planejamento econômico". Os termos vigentes na relação entre o capital privado e a intervenção do Estado no plano econômico poderão assim manter-se inalterados. E poder-se-á conferir até mesmo uma sustentação jurídico-constitucional mais legítima ao plano de desestatização e desnacionalização de empresas através da norma que **prioriza** a "iniciativa privada".

Acontece que certos representantes do capital financeiros internacionais mostram-se mais realistas do que o rei. O anteprojeto determina que "a lei disciplinará os investimentos de capital estrangeiro", resguardando a sua "função supletiva" e a necessidade de se estabelecer um "regime especial, com limites máximos de remessa de lucros, royalties, pagamento de assistência técnica e bonificações...", e com "a proibição de transferência a estrangeiros das terras onde existam jazidas, minas e outros recursos minerais e potenciais de energia elétrica". O que estes dispositivos trazem de novo em relação às normas vigentes? Nada. Os tais "limites máximos", por exemplo, já constam em lei. O que sempre foi objeto de polémica dentro da burguesia não foi a questão de se saber se devem ou não ser fixados tais limites, mas o tamanho dos limites permitidos das remessas de lucros, juros etc.

Ocorre que os "notáveis", não importa com que intenção, introduziram no seu anteprojeto ingredientes de sofisticação

política. Primeiro, fizeram constar que "só se considerará empresa nacional, para todos os fins de direito, aquela cujo controle de capital pertença a brasileiros e que, constituída com sede no País, **neste tenha o centro de suas decisões**". E em seguida foram taxativos: "as empresas atualmente autorizadas a operar no País terão prazo, fixado em lei, para que se transformem em empresas nacionais, como conceituadas..." Será isto realmente a afirmação de uma consciência anticapital estrangeiro, através de um "dispositivo nacionalizante"?

Claro que não. É um despropósito supor, como fazem certas vozes, que os "notáveis" foram atacados, aqui, por uma súbita febre nacionalista. Do mesmo modo que não revelam esse tipo de doença quando definem o lugar do capital financeiro internacional na economia brasileira, tampouco foram ao ponto de estabelecer uma meta política nacionalizante que nada tem a ver com o ideário na Nova República. De mais a mais, a transferência do controle do capital estrangeiro para brasileiros — seja para capitalistas privados, seja para o Estado — requer o pagamento de uma "prévia e justa indenização em dinheiro", dispositivo que eles mesmos, os "notáveis", tiveram o cuidado de fixar no seu anteprojeto, logo na categoria dos "direitos fundamentais". Isto num país cujas divisas em moedas fortes sequer são bastantes para cobrir os juros da sua dívida... Aquele suposto "dispositivo nacionalizante" só pode servir, portanto, como provocador de falsas polémicas, desviador de atenções, dourador de pílula, criador de ilusões — e sabe-se lá mais o que —, não passando de uma falácia.

Não é muito distinto o que se pode afirmar sobre os itens referentes à dívida externa. Um deles determina que "ficam limitados ao máximo de três por cento ao ano, reais, sobre o saldo da dívida externa já contraída pela União, os encargos de qualquer natureza que sobre ela possam ser pagos"; e o outro, que "a dívida externa será levantada nos seis meses seguintes à promulgação da Constituição, mediante apropriada análise de sua legitimidade". Pode-se supor uma vantagem: esta última formulação permite que se abra todo um campo de disputa sobre o conceito de legitimidade em relação à dívida, ou a parte dela. Talvez por isso o alarido de certas vozes. Mas, o que vem a ser uma "apropriada análise"? Quais os critérios definidores da legitimidade, ou da ilegitimida-

de? É ou não pertinente admitir que essa norma torna possível inclusive a **legitimação constitucional** da dívida, a partir de uma "apropriada análise" que fica a critério do governo?

A limitação do pagamento dos serviços a três por cento ao ano, sobre o saldo, significa, nas condições atuais, reduzir de doze para três e poucos bilhões a transferência anual de dólares para os bancos internacionais. Isso quase não se distingue da proposta formulada por Sarney em sua recente viagem aos Estados Unidos. Na prática, seria transformar uma parte dos juros em empréstimos novos, optando pela política de sustentar o desenvolvimento capitalista na retomada do processo de endividamento externo.

E por aí segue o pretensão reformismo do anteprojeto, não só encobrendo pilulas amargas com uma capa adocicada, como tornando outras ainda mais intragáveis. É o caso, por exemplo, das condições de desapropriação da propriedade rural para efeito de reforma agrária. Neste particular, indo ao extremo de piorar a obra da ditadura militar. Lembremos que a tão decantada Constituição de 1946 só admitia a desapropriação "mediante prévia e justa indenização em dinheiro". A alteração desse dispositivo pelo governo do Gen. Castelo Branco, através da Emenda Constitucional nº 10 que introduziu a figura, válida para a propriedade agrária, da "indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural..." vem sendo reafirmado como suportes jurídico da pseudo-reforma agrária do MIRAD. Pois bem, no anteprojeto dos "notáveis" os referidos títulos da dívida pública passam a ser aceitos "como meio de pagamento de tributos federais", o que amplia significativamente a sua importância econômica, tornando ainda mais onerosas as desapropriações e, conseqüentemente, ainda mais difícil a adoção de medidas contra o latifúndio.

Um modelo da democracia prometida

Como é natural, o anteprojeto apresenta uma proposta de conformação institu-

cional da nova ordem pós-ditadura militar. Uma proposta de institucionalização da chamada transição democrática. Será no mínimo curioso verificar o resultado a que chegaram seus autores.

Cabe, em primeiro lugar, registrar o esforço dos "notáveis" no sentido de fixar normas de relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário que confirmem ao novo regime político a maior estabilidade possível. Com essa preocupação é que chegaram ao chamado parlamentarismo misto, não, como dizem, por se apresentar como a forma de governo mais democrática. Mas por ser a menos permeável à pressão popular sobre os centros de poder, por permitir uma diluição aparente das responsabilidades de governo e por facilitar a absorção das crises no "topo".

O mesmo no item relativo à segurança do Estado. Fazendo uso de armadilhas jurídicas, os "notáveis" dissimulam ao máximo o caráter antidemocrático da "nova" ordem. As Forças Armadas, que na Constituição de 1946 destinavam-se a "defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem", recebem, aparentemente, uma outra destinação. Ou seja: "destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa expressas destes, nos casos previstos em lei, a ordem constitucional".

É bom esclarecer: esta formulação substituiu uma outra em que se conferia às Forças Armadas apenas o papel de defesa do país contra agressões externas. Como se sabe, e como reconhece inclusive um dos "notáveis", por força de pressões explícitas de altos comandantes militares, inclusive do Ministro do Exército, Gen. Leônidas Pires, que exigiam a adoção da fórmula adotada na Constituição de 1946. Não se sabe se de comum acordo, chegou-se, com a nova redação, a um aparente meio termo. O certo é que as manifestações dos militares não mais foram ouvidas.

Cabe, em primeiro lugar, registrar a abrangência dos conceitos "poderes constitucionais" e "ordem constitucional", suficientes para justificar o emprego das Forças Armadas na repressão política em qualquer situação. Não apenas naquelas "anormais" previstas na Constituição — estados de alerta ou de sítio —, mas "nos casos previstos em lei" ordinária. Onde então a novidade? O próprio Sr. Afonso Arinos, o "notável" dos "notáveis", esclarece: "apenas incluí uma fase — a requisição — para acabar uma grande polêmica" e criar nos militares "uma boa receptividade". A requisição consiste tão somente em condicionar a intervenção militar a uma convocação do poder constituído. E isto está sendo vendido como garantia democrática...

É inquestionável, na obra dos "notáveis", a continuidade da militarização do Estado e da presença decisiva das Forças Armadas nas decisões do governo. O anteprojeto institucionaliza tudo isso de variadas maneiras. Cria o Conselho de Defesa Nacional — sucedâneo neo-republicano do Conselho de Segurança Nacional — com a competência, entre outras coisas, de "opinar sobre a decretação dos estados de alarme e de sítio" e de "manifestar-se (...) sobre a garantia da ordem constitucional". Sendo composto pelos "membros do Conselho de Estado, do Presidente do Conselho de Ministros, do Ministro da Justiça, dos **Ministros das Pastas Militares** e do Ministro das Relações Exteriores". Mantém o atual sistema de relacionamento entre o Presidente da República e as Forças Armadas, ao conservar um ministério para cada Força, representantes de fato das Forças Armadas dentro do governo. E não o contrário, como seria o caso da criação de um Ministério de Defesa, chefiado por um civil, em substituição aos três Ministérios militares. Omite-se quanto às chefias do Estado Maior das Forças Armadas, da Casa Militar e do SNI enquanto cargos de nível ministerial. Conserva o SNI, sobre o qual guarda um

silêncio esclarecedor. E não proíbe o exercício de cargo público civil não eletivo, em caráter temporário, por integrantes das Forças Armadas, com o que legitima uma das heranças mais nefastas da ditadura militar, que é a disseminação de oficiais, principalmente de informações, por todos os órgãos da administração direta, autarquias e empresas estatais.

Cabe, no entanto, ressaltar, nesse particular, a distinção significativa do anteprojeto em relação à Constituição de 1967 e à Emenda Constitucional de 1969, ambas da ditadura militar. Uma distinção que se manifesta especialmente no abandono do conceito de Segurança Nacional. A opressão política é reafirmada nos moldes das democracias burguesas, com uma carga adicional de restrição às liberdades políticas ajustada às particularidades da "nossa" transição conservadora.

Por isso mesmo, para efeito do exercício da repressão política, é conferido um papel primordial, em situações "normais", à Polícia Federal e às polícias civis e militares dos Estados, às quais compete "preservar a ordem pública" e "apurar as infrações contra as instituições democráticas".

Mas restam ainda as situações "anormais": primeiro, ameaças à ordem pública ou à paz social "em locais determinados"; segundo, "comoção intestina grave ou fatos que evidenciem estar a mesma a irromper" e "guerra ou agressão estrangeira". Para fazer face ao primeiro caso, o anteprojeto cria a figura do Estado de Alarme — o sucedâneo neo-republicano das Medidas de Emergência concebidas pela ditadura militar —, **decretado** pelo Presidente da República e **comunicado** ao Congresso Nacional, implicando na nomeação de um **executor** (o sucedâneo de um Gen. Newton Cruz das diretas), com os seguintes poderes: "restrição ao direito de reunião e associação, de correspondência e das comunicações telefônicas e telefônicas" e "prisão por crime contra o Estado..."

E para fazer face ao segundo caso, recorre à figura do Estado de Sítio, decretado pelo Congresso Nacional, por iniciativa própria ou do Presidente da República, pelo qual seu **executor** poderá "tomar contra as pessoas as seguintes medidas": "obrigação de permanência em localidade determinada; detenção em edifício não destinado a réus de crimes comuns; restrições à inviolabilidade de correspondência, do sigilo das comunicações ou a prestação de informações, à liberdade de im-

prensa e radiodifusão; suspensão da liberdade de reunião, mesmo em se tratando de associações; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviço público; requisição de bens"; e suspensão das imunidades dos membros do Congresso Nacional mediante o voto de dois terços da Câmara ou do Senado. E pelo qual, assim como no Estado de Alarme, "as forças policiais poderão ser convocadas ou submetidas ao comando das Forças Armadas".

Aspectos positivos que não alteram o essencial

Entretanto, nem tudo são ervas daninhas, medidas "protetoras" etc, na obra dos "notáveis". Está aí o miolo, o conjunto de dispositivos definidores do seu caráter. Mas sobram, como ingredientes secundários, se bem que importantes, o registro de algumas reivindicações populares. Destacado os itens sobre o direito de greve e a organização sindical e a redução da jornada de trabalho para 40 horas. À primeira vista pode até impressionar certos espíritos o falatório liberal que recheia o anteprojeto. Mero falatório, inócuo e farisaico, como tudo que se refira à liberdade, à democracia, à igualdade etc, como valores gerais, sob o capitalismo. E, com maior razão, sob o capitalismo monopolista dependente sustentado por uma transição conservadora como a "nossa".

Pelo anteprojeto, a regulamentação da vida sindical sai da esfera da lei e passa a ser atribuição exclusiva dos próprios trabalhadores, reunidos em assembléia geral, aos quais compete ainda deliberar sobre a forma de efetivar-se a contribuição financeira dos associados. Quebra-se pois a atual estrutura sindical, criada pelo Estado Novo e preservada pelas Constituições de 1946 e 1967 e pela Emenda Constitucional de 1969. Esse posicionamento dos "notáveis" reflete, aparentemente, um certo consenso na burguesia que, diante do fortalecimento da CUT e da perda de eficácia pela estrutura sindical vigente, aposta no pluralismo sindical. Uma situação inusitada, que nos alerta para a necessidade de, indo adiante na exigência de plena liberdade e autonomia para os sindicatos, levantar ainda mais alto a bandeira da unicidade. Não como fazem certas correntes, através da introdução de remendos na CLT, mas pelo desenvolvi-

mento nas grandes massas trabalhadoras de uma consciência madura que as capacite a optarem livremente por uma estrutura sindical única.

A constatação dessas exceções, no entanto, precisa ser acompanhada pela ressalva de que se conservam no anteprojeto excrescências como a Justiça do Trabalho, a intervenção nas entidades sindicais "por decisão judicial" e a tutela dos direitos dos trabalhadores pelo Ministério Público do Trabalho.

Construir uma alternativa

Concluo caracterizando a obra dos "notáveis" como feliz elaboração de uma alternativa apropriada à transição conservadora e à sua Nova República. Mais, muito mais, poderia ser assinalado para confirmar tal conclusão. Por exemplo, sobre temas como o aborto — que permanece criminalizado —, o uso individual de drogas — idem —, o divórcio — cujas atuais restrições são mantidas —, os direitos dos homossexuais — esquecidos —, a exploração da energia nuclear — reafirmada nos termos da política vigente —, as relações do Brasil com os movimentos nacionais de libertação — silenciada — etc. A burguesia brasileira, cujo reacionarismo vem sendo persistentemente reafirmado em palavras e obras, cometeria uma injustiça com os seus eminentes "notáveis", dando-se por contrariada.

O fato de Sarney não assumir o anteprojeto só nos revela a quantas anda o governo e a transição em matéria de conservadorismo. E alerta para o que nos espera no processo constituinte em matéria de pensamento reacionário, obscurantista e aferrado à opressão política. De jogo bruto e de armadilhas jurídicas para sustentar a superexploração do trabalho, o latifúndio e a dependência ao imperialismo. Desde já, impõe aos candidatos populares a tarefa de concentrarem suas campanhas na denúncia desse anteprojeto e da postura, ainda mais à direita, adotada pelo governo. Uma denúncia viva, esclarecedora, centrada nos temas fundamentais, e acompanhada de uma contrapartida: a apresentação de propostas alternativas, de conteúdo popular, visando compor um **bloco** de forças à esquerda que se oponha ao **bloco** burguês-conservador trazendo à mão o seu próprio projeto de Constituição.



O espetáculo do Ministro

O requinte vazio, o argumento oco, o tédio protocolar e o despreendimento ridículo do ministro Paulo Brossard, no dia 9 de setembro, ao ocupar rede nacional de TV e rádio, onde expôs o nervo da classe patronal da Nova República, faziam parte de um jogo de guerra contra as greves, muito bem preparado pelo governo de José Sarney. Os ministros militares estavam mobilizados e suas tropas de sobreaviso caso a PM de cada Estado se sentisse desencorajada ou insuficiente para reprimir as mobilizações dos trabalhadores.

A revista *Atina* noticia: "uma fonte ligada à Presidência da República chegou a mencionar que antes de viajar para os Estados Unidos, o presidente Sarney deixara assinada uma declaração de estado de emergência — para eventual uso de seu interino, o senador José Fragelli".

Diante das câmaras de TV, Brossard tirou uma carta bem maior que seu próprio colete: um recorte de jornal para respaldar sua maior acusação contra os organizadores das greves — a de que a Central Única dos Trabalhadores recebia dinheiro do exterior. Dinheiro esse que o próprio jornal brandido pelo ministro diante das câmaras havia se encarregado de considerá-lo perfeitamente legal, registrado nos livros dos bancos federais. O ministro certamente surpreendeu as lideranças sindicais ao declarar que as greves saíam de qualquer jeito (Independente das ne-

gociações salariais evoluírem entre banqueiros e bancários), pois os planos da CUT de desestabilizar o governo via paralisação total do país estavam traçados há mais de um ano. Com tamanhas cartadas o ministro acabou surpreendendo seu próprio colete.

Ao centrar fogo contra a CUT, o ministro esqueceu-se de mencionar à Central Geral dos Trabalhadores, que também mobilizava suas bases rumo à greve, obrigando-a a reagir e a publicar "a pedido" em jornais.

A greve dos bancários, caso a intransigência patronal se mantivesse como ocorreu, estava madura segundo a avaliação de comandos e direções sindicais, independente dos planos fulminantes de qualquer "corpo infiltrado" no movimento como quis fazer parecer Brossard.

Independente das decisões das assembleias que ocorreram no dia 10, o aparelho repressivo do Estado deveria estar pronto. Afinal, uma experiência de enfrentamento com os trabalhadores daria aval não só a Brossard, mas a toda Nova República junto aos empresários e banqueiros. E na manhã de quinta-feira, o "xerife" estava perfilado para enfrentar as supostas hordas de bancários, previdenciários, funcionários públicos, metroviários, professores, motoristas, aviários, e quem chegasse no estreito pedaço das possíveis mobilizações salariais.

Homens, cães, cavalos e bombas de gás lacrimogênio estavam a disposição dos patrões contra seus empregados, pois qualquer avanço nas conquistas econômicas, principalmente na categoria bancária, alastraria fogo incontrolável nos demais setores que têm seus dissídios até o final do ano. Deveria ser uma cacetada exemplar, trucidante ao ponto de esfacelar a histórica greve geral bancária ocorrida em setembro do ano passado. Tirá-la da cabeça dos trabalhadores certamente era a meta e a predisposição do Ministro.

Mas o grande lance de dados já havia sido lançado contra as conquistas salariais pelo ministro Dilson Funnaro, pouco depois de oficializar o Plano Cruzado, quando convocou uma reunião com os ministros do Tribunal Superior do Trabalho e presidentes dos Tribunais Regionais — que no plano jurídico podem contrapor-se aos patrões, oferecendo propostas conciliatórias dando ganho real de greve, que dependia da adesão de toda categoria em suas bases e da manutenção das paralisações a nível nacional.

Ao tratar a greve bancária não apenas como um caso de polícia, mas como um caso de política de vida ou morte do Plano Cruzado, o governo conseguiu impor um clima de terror entre os bancários que deveriam, de uma só vez e em campo aberto, enfrentar o poder financeiro e o aparato repressivo do Estado. Mesmo submetidos a esta tensão, eles foram à luta e na quinta-feira, dia 11, paralisaram 80 por cento da categoria, que nacionalmente atinge quase 800 mil trabalhadores.

A política dos Tribunais Regionais do Trabalho, julgando os dissídios por Estados, ajudou o governo a romper a unidade nacional fundamental à vitória da greve. As propostas julgadas em São Paulo (e não aceitas pelos banqueiros) confundiram as lideranças sindicais e o próprio comando nacional, que foi dividido para a assembleia na Praça da Sé, em São Paulo: uns propondo o retorno imediato ao trabalho, outros defendendo a continuidade do movimento. Com exceção do Rio de Janeiro — que registrou o maior índice de adesão à greve mas que optou por voltar ao trabalho na sexta-feira após considerar satisfatória a proposta apresentada pelo TRT — os demais estados mantiveram-se paralisados até domingo. No Rio Grande do Sul, os bancários só retornaram ao trabalho na terça-feira.

Durante os dias de greve, São Paulo foi o alvo da repressão, e nas primeiras 24 horas, 42 bancários foram presos. Soma superior a todas as detenções efetuadas contra atravessadores, agiotas, maquiadores de mercadorias, que, longe dos cães, PM, cavalo e bombas, vão engordando seus orçamentos e patrocinando o noticiário contra os grevistas.



Suzana Pires

Suzana Pires

Avali

"A greve derrotada": eis aí a síntese que fez a grande imprensa deste país a respeito das paralisações bancárias. A sede com que se debruçam sobre o pote faz com que o santo desconfie. Haveria tanto alarde se esta fosse a verdade cristalina? Ou está se pretendendo esconder que a greve, entre outras coisas, debochou do penoso e televisivo e carrancudo esforço do Ministro da Justiça em bloqueá-la? E, também entre outras coisas, acumulou experiência e tradição de luta na categoria.

Entretanto, não será o alarido da imprensa que deve impedir os bancários e, em primeiro lugar suas lideranças, de refletirem sobre os rumos do movimento. É o único jeito de suprir o que ficou faltando, de corrigir a rota, de não repetir equívocos. Quanto aos banqueiros e sua imprensa e seus ministros, resta-lhes, talvez, ladrar enquanto a caravana passa.

São, principalmente duas as debilidades que o movimento dos bancários, quando atingiu o seu pico, demonstrou. A primeira, é a de que o Comando Nacional não conseguiu afirmar-se. As referências para a categoria continuaram a ser as lideranças sindicais locais. É verdade que não poderia ser muito diferente. Afinal os bancários foram uma das categorias mais duramente atingidas pelo Plano Cruzado e, por causa disto mesmo, uma das que mais tempo necessitou para recuperar-se do "choque". Contudo, não é menos verdade que em um processo grevista desencadeado como que se multiplicam as forças; e a capacidade de entendimento e direção se aguçam. De todo modo, o que ficou comprovado é que o Comando não teve o necessário sentido de unidade e, chega a dar a impressão que tampouco chegou a

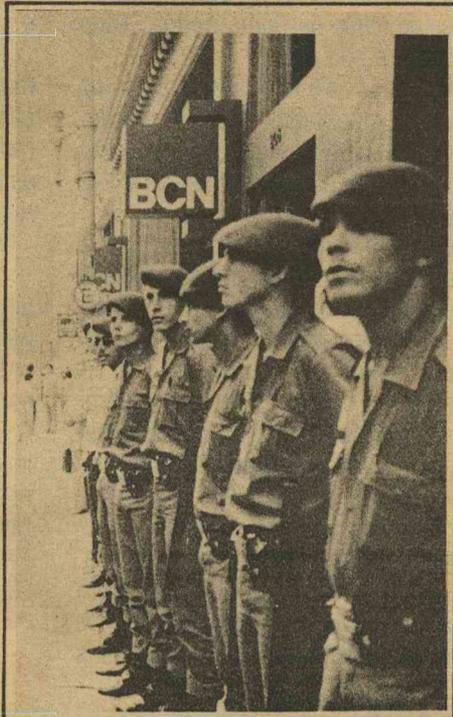


Suzana Pires

rios em cena



Suzana Pires



Suzana Pires

aliando o movimento

compreender com clareza quais as responsabilidades que possuía. Ora, num momento destes rapidamente as eventuais hesitações que se produzem no "topo" se transmitem as bases. E foi também pelas repetidas hesitações do Comando Nacional — não era raro que chegassem aos Estados instruções e encaminhamentos que logo depois eram invalidados — que a direção do movimento deslocou-se do centro nacional e foi parar nas mãos dos sindicatos de cada região.

("Erramos — e eu errei também — ao avaliar a disposição dos bancários de São Paulo em função de um movimento pretensamente fraco em outros estados". Gushiken, Presidente licenciado do Sindicato dos Bancários de São Paulo e membro do Comando Nacional).

Ao mesmo tempo, num movimento inverso, os banqueiros ganhavam tempo e remetiam todas as discussões localizadas para seu "comando", centralizado e nacional, a Federação dos Bancos. Isto contribuiu substancialmente para que a unidade se rompesse e a greve fosse aos poucos se regionalizando.

Sem dúvida, esta fica assinalada como a principal lacuna a ser superada. A convicção de que sem uma direção centralizada e centralizadora — determinando os rumos a seguir e, ao mesmo tempo, recebendo subsídios e sugestões para melhor posicionar-se — não é mais possível pensar em uma paralisação nacional. Paralisação, que por sua vez, não pode ser a mera soma das mobilizações em cada região. Um movimento desencadeado nacionalmente deve ter uma política que responda a este nível de enfrentamento, tanto no plano orgânico, como no plano mais propriamente político.

E aqui entramos na segunda debi-

lidade. Os bancários, ou pelo menos muitas de suas lideranças, não levaram à categoria as questões políticas mais candentes. Não entrelaçaram o seu movimento com o movimento político, sequer deixaram supor que ele podia ser mais do que uma greve econômica. Não lutaram contra o Plano Cruzado, como afirmou um dos seus líderes mais conhecidos, mas contra a política de arrocho. O que fica difícil nesta equação é saber como é que se desvincula o arrocho da sua relação íntima com o Plano Cruzado e, este, por sua vez, de sua relação íntima com a Nova República. Esta forma de condução e entendimento do movimento grevista pode parecer muito realista — afinal, lida com aquilo que é imediato e sentido pela categoria — mas não terá pernas para conduzi-lo para fora do círculo do "reivindicacionalismo". Isto é, não conseguirá compreender que as reivindicações particulares de uma categoria estão inseridas, como particularidade, em uma totalidade maior que se expressa no plano político. E é esta totalidade política que determina não apenas as reivindicações de uma ou outra categoria, mas aquelas do conjunto do movimento sindical.

Portanto, se está certa a afirmação de que deve-se partir, sempre, daquilo que é mais próximo, imediato e sentido, pela categoria, também está certa a idéia de que se permaneceremos apenas nesta "proximidade" e neste imediatismo muito pouco poderemos andar inclusive no sentido de uma greve geral.

Estas são algumas das lições que se extraem do movimento dos bancários, e que, ao serem sistematizadas e discutidas já caminham, talvez, alguns passos no sentido da necessária superação.

O ministro Paulo Brossard só poderia se utilizar de uma manchete de jornal para tentar confundir a greve bancária junto a população. Era tudo o que lhe restava. Pois se ele, tão atento que fora em outros anos, principalmente em campanha eleitoral, em discorrer sobre temas baseados em recortes de jornais que tratavam do endividamento público e da dívida externa, vasculhasse as inúmeras edições que falam sobre o lucro dos bancos, certamente encontraria *A Gazeta Mercantil* que retrata os ganhos dos bancos em 1985. Ali o "xerife" poderia ler que a construção civil teve um lucro de 21,5 por cento, o material de transporte também lucrou 21,5 por cento, a metalúrgica rendeu 25,5 por cento, a indústria têxtil e couro 28,4 por cento, a indústria de alimentos faturou 13,0 por cento. Os bancos atingiram rentabilidade de 44,3 por cento.

Aquilo que se chama *ajustamento* dos bancos ao Plano Cruzado significou a demissão de aproximadamente 150 mil bancários, sem que ministro algum mencionasse essa realidade. Ajustando-se ao Plano Cruzado, os bancos foram autorizados a reduzir seu expediente ao público e toda uma legislação foi criada para que a lucratividade financeira não sofresse arranhões durante a existência do congelamento de preços. Os juros cobrados estão fora de qualquer controle.

O elenco de medidas visando proteger o lucro dos banqueiros é o seguinte: redução do custo dos descontos, recolhimento do compulsó-

A unificação em novembro

A campanha salarial unificada no estado de São Paulo pode mobilizar dois milhões de trabalhadores. Os preparativos já se iniciaram sob o comando da CUT-regional. A idéia é reunir os 350 mil metalúrgicos da capital, 220 mil químicos, 35 mil padeiros, 105 mil gráficos, 5 mil jornalistas, 300 mil comerciários, 22 mil vidreiros, mais têxteis, luvas e material de serviço, frios, plásticos, para iniciar um processo de mobilização que desaguará unificadamente em novembro. A data base da maioria destas categorias é primeiro de outubro, enquanto a de outras é dezembro.

Todos os esforços, entretanto, também estão voltados para os metalúrgicos do ABCD, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, etc, que têm suas datas-base em abril do ano que vem. Se eles aderirem as mobilizações unificadas que se farão em novembro na capital ter-se-á dado um dos passos mais importantes para conquistar a unificação da campanha salarial não só em São Paulo, mas no país. As reivindicações que reúnem todas estas categorias são aumento real de salários de 20 por cento, IPC integral equivalente ao período de março a novembro, jornada de trabalho de 40 horas semanais, escala móvel de acordo com a inflação real.

A fim de contribuir na politização de todo este processo existe a proposta de realização de três tribunais:

rio de 10 por cento em títulos, redução do horário de atendimento, criação de Certificados de Depósito Interbancário, cobrança de tarifas, demissão de aproximadamente 150 mil bancários, fechamento de mais de mil agências, seleção de cliente através do saldo-médio.

Os resultados práticos destas medidas são os seguintes: o lucro no primeiro semestre deste ano entre os dez maiores bancos foi de 37 bilhões de cruzados, destacando-se entre os bancos privados o Bradesco e o Itaú, que lucraram 3,5 bilhões e 1,4 bilhões de cruzados respectivamente.

A soma dos lucros dos dez maiores bancos representa quase o dobro das estimativas da arrecadação de 86, do recém criado empréstimo compulsório que é de 21 bilhões de cruzados. Representa, também, mais de 10 por cento de toda a arrecadação de imposto do governo prevista para este ano.

Para se concluir que o governo auxilia a exploração da mão-de-obra bancária e repassa todo o ônus do reajuste dos bancos ao Plano Cruzado, através do elenco de medidas tomadas pelo Banco Central, é ainda importante comparar as rendas alcançadas pela prestação de serviços dos bancos e o custo das folhas de pagamento com funcionários. Comparando-se a renda dos serviços bancários ao último semestre de 1985 com a do primeiro semestre de 1986, constata-se um crescimento 3,7 vezes maior. Como as tarifas passaram a vigorar em 1º de maio, constata-se que 84 por cento dessa cifra foi auferida em maio e junho, o que indica que deverá se repetir daqui para a frente. Em outras palavras, os 6,5 bilhões de cruzados arrecadados nos serviços bancários neste primeiro semestre, 5,5 bilhões de cruzados foram realizados em maio e junho. A expectativa dessa conta é de arrecadar 16,5 bilhões de cruzados até o final do ano. Conclusão: essa conta cresceu 9,4 vezes devido à cobrança dos serviços junto à população.

O primeiro, para julgar a Lei de Greve; o segundo, para julgar o latifúndio e o terceiro para julgar a Nova República, o Plano Cruzado, a política de pagamento da dívida externa.

A primeira experiência de uma campanha salarial unificada foi no ano passado. Várias categorias entraram em greve e a direção ficou nas mãos da CUT. Os sindicatos pelegos foram obrigados a participar. Não tiveram outra saída era engrossar o movimento ou desmoralizar-se. Os sindicalistas ligados à CUT dirigiram-se diretamente as bases dos sindicatos pelegos, distribuindo manifestos, convocando para reuniões e assembléias preparatórias.

A principal debilidade foi a desarticulação no processo de negociação: os padrões impuseram negociações separadas e o movimento não soube como responder a tempo. Contudo a CUT saiu fortalecida e andou-se também na direção do rompimento com o corporativismo, apontando uma perspectiva de luta unitária.

Agora, pretende-se superar estas debilidades e aprofundar a experiência. E, sem dúvida, a greve dos bancários, apesar de suas próprias debilidades soma no sentido desta superação e deste aprofundamento.

Por outro lado, não é preciso referir a importância que teriam estas mobilizações em meio ao processo político que desembocará na Constituinte.

Integrantes da Brigada Militar (RS) formam organização clandestina para lutar por seus direitos

Os Delegados da Comissão de Luta por uma Nova Ordem Institucional nas Polícias Militares, são uma organização clandestina formada por cabos e soldados da Brigada Militar do Rio Grande do Sul que querem "quebrar o silêncio" sobre as condições que vivem e "partir para a luta" buscando sua inclusão na nova Constituição com os direitos assegurados. Abaixo transcrevemos a íntegra de seu Manifesto.

16 de Agosto de 1986

Manifesto
(DCLNOIPM)

Neste momento em que o País se prepara para sofrer uma profunda transformação através da promulgação da nova carta constitucional, nós cabos e soldados da polícia militar, decidimos nos organizar, mesmo na clandestinidade para defender nossos direitos. Através deste manifesto queremos quebrar o silêncio e partir para a luta, buscando sermos incluídos na nova constituição com os direitos assegurados.

Protestamos e pedimos aos políticos que estão apoiando a não desmilitarização, que reconsiderem as suas posições, pois se persistirem estarão assegurando nossa perpétua escravidão, humilhação e discriminação constante de nossos direitos.

Protestamos, pois como funcionários públicos mas sob um violento militarismo, não temos horas de folga respeitadas, são roubadas, pois além de cumprirmos o horário nas ruas, temos de ir para o quartel ocupá-las com tarefas braçais e forçadas sob o jugo do autoritarismo escravagista opressor.

Protestamos por sermos discriminados em nosso trabalho, por não termos fins de semana, nem feriados, trabalhamos incessantemente. Somos como máquinas que não podem parar e que não são valorizados pelos superiores hierárquicos que ainda nos sobrecarregam de atividades extras.

Protestamos contra as mordomias que acabam por escravizar os subalternos ainda mais, ao estilo de Roma Antiga. Tudo aos Césares e sua corte.

Protestamos, pelo fato de que todos os direitos são reservados aos superiores, cabendo aos subalternos somente deveres e servidão perpétua sob berros e humilhações.

Protestamos contra o regulamento que nos escraviza, permitindo que seja violada a regra da disciplina consciente, pois nele diz que podemos recorrer, mas se questionarmos somos esmagados.

Protestamos contra as prisões arbitrárias e as punições injustas, impostas pelos superiores a seus caprichos, pois se julgam infalíveis e intocáveis, livres para oprimir sem piedade e escrúpulos.

Chegou a hora de dizermos um basta, chega de tantos sofrimentos e monstruosidades, queremos mudanças. Pedimos aos políticos alienados que revejam suas

posições e também aqueles que querem mudanças, que lutem conosco e olhando a outra realidade, não se deixem levar pelas declarações dos comandos, pois falam por eles e seus interesses. Ouçam a voz da maioria, colaborem pelas mudanças e não sejam mais um dos sustentáculos do jugo opressor, pois já fomos discriminados uma vez pelo Congresso Nacional, que se diz tão defensor das causas justas e nos negou o direito a voto.

Por tudo isto aguardamos e continuaremos a insistir através desta representação, para que as portas se abram e ocorram as transformações que ansiosamente esperamos, e assim antes de se falar em humanizar as polícias deve-se civilizá-las.

Nossa luta visa:

Uma polícia única; união da PM e P. Civil, fardada e desmilitarizada ao estilo de países modernizados.

Desta polícia, uma guarda de trânsito especial e uma guarda de presídios.

Um novo regulamento de acordo com as leis comuns, justo e condizente com os novos tempos.

Delegados da Comissão de Luta por uma Nova Ordem Institucional nas Polícias Militares

"VIVA A CIVILIDADE"

Um canastrão na política (e uma política de canastrão)

Difícil acreditar tratar-se da mesma pessoa. Ou do mesmo "xerife de plantão" que num intervalo não superior a uma semana, trocava a exibição de seu dedo em risete e de suas proezas de ator de dramalhão de terceira categoria nos vídeos de todo o país por um papel pouco nobre para quem se instituiu em tão alta personalidade da nação.

Da empáfia do Ministro Paulo Brossard, que foi à televisão armar o país para uma guerra e dizer que a CUT e os grevistas eram os inimigos do Plano Cruzado, restou pouco na segunda-feira, dia 15 de setembro.

No Rio Grande do Sul, os bancários continuavam em greve. Uma greve que, aliás, já na sexta-feira, dia 12, havia sido dada como encerrada pelo próprio Ministro: "O problema das paralisações está resolvido e me arriscaria a dizer que todos os Estados encerraram as greves".

O Ministro, naquela segunda-feira de frio e chuva, se arriscou mais uma vez. Foi a uma agência bancária, no centro de Porto Alegre, para, pessoalmente, retirar dinheiro de sua conta. Talvez um "xerife caboclo" necessite mesmo resolver este tipo de problema assim, de maneira pessoal. Brossard, desta forma comprovaria a si mesmo que a greve não existia. E o seu corriqueiro gesto se transformaria, então, em um gesto de significação política. Mas o fato de ele ter saído do banco com o dinheiro no bolso não se prestou a esta transformação. Na porta da agência, não mais do que 50 grevistas esperavam a "comitiva ministerial", formada, na ocasião, pelo próprio Brossard, um assessor e um guarda chuva.

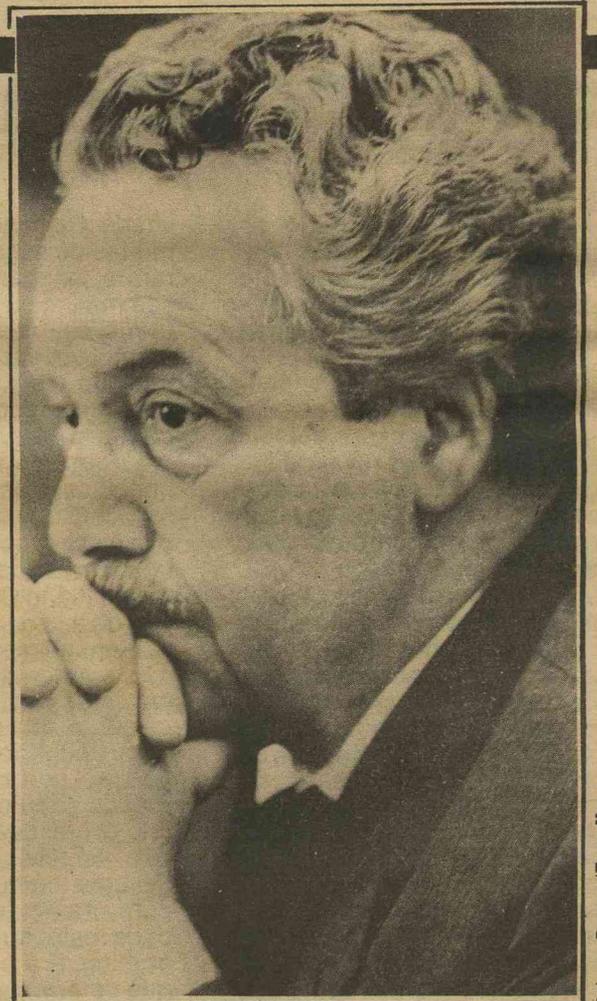
Bastaram 10 segundos de vaia, intercalados com a repetição de duas ou três palavras de ordem, para que o todo-poderoso homem do "cumpra-se a lei", se transformasse em uma figura ridícula: conduzido pelo zeloso assessor que, além de segurar-lhe o braço e ajudá-lo a fugir mais depressa, tomou precaução de empunhar firme o guarda-chuva, evitando que a elegância balofa do Ministro corresse o risco de virar algo semelhante a inexpressividade de um pinto molhado.

Para quem assiste Brossard em suas incursões televisivas é mesmo difícil acreditar que sua arrogância não resista a tão pouco. Os bancários gaúchos tiveram tempo somente de mostrar sua mobilização: "Bancário unido jamais será vencido", de adjetivar o próprio Ministro, "pelego, pelego, pelego" e de irritá-lo com o coro que enaltecia a "CUT, CUT, CUT..."

Vocabulário, sem dúvida, bastante diferente do que na véspera, Brossard, atribuía aos grevistas. Argumentando sobre as razões que o levaram a pedir que os governadores de todos os Estados agissem de acordo com a lei para evitar abusos como piquetes na porta dos bancos, Brossard, referiu-se por livre inspiração, a última paralisação dos bancários ocorrida em Porto Alegre, quando, segundo ele, "moços e mulheres ouviam tais coisas de um bando de barbados, o que não se ouve nem numa casa meretrizes".

Mas neste quadro o que distingue mesmo a velha da Nova República. Sim, porque apesar do rotundo Ministro sentir-se muito a vontade no seu papel, isto não quer dizer que toda aquela encenação na TV tenha sido obra de sua própria cabeça. Em reunião realizada com Sarney, e os ministros militares, tudo foi muito bem acertado. Brossard, foi apenas o protagonista das cenas ensaiadas nos bastidores.

Porém, no dia seguinte, os pedregulhos se amontoavam no teto de vidro do Ministro. Compreendendo que em tempo de eleições estas atitudes são as piores conselheiras muitas das lideranças políticas, desde Pazzianotto até Ulisses Guimarães, deixaram Brossard com o pincel na mão. Ele havia passado dos limites: não merecia o aval. Quem é que iria querer entrar nesta fogueira e incinerar-se junto com "El Justicero", às vésperas de eleições? Entretanto, estas reações não serviram para desmanchar a idéia — e esta era sua intenção — de que "tudo aquilo era coisa só do Brossard" e, ponto final. Mesmo porque, menos enfático, talvez porque não seja advogado, também o Ministro Dilson Funaro não deixou de me-



Brossard

ter a colher torta. Além de dizer que a culpa dos maus passos, aliás, cada vez maiores, que seu Plano Cruzado vem dando é dos salários, ou melhor, dos assalariados que não se conformam em ganhar tão pouco, Funaro exigiu que diante das greves fosse cumprido o "rigor democrático", seja lá o que queira isto dizer.

Contudo, o que se sabe é que assim como no episódio de Leme Brossard, agora, também não representava, solitariamente, uma peça de autoria apenas sua. A semelhança com as atitudes do regime militar não é mera coincidência. Embora não deixe de haver um certo grau de ironia no fato de que Brossard, ontem um ferrenho opositor, hoje, tenha se passado de armas e bagagens para a defesa de uma política que nada fica a dever aquela que ele próprio combatia.

Em busca da convivência

Ao reabrir o caso Rubens Paiva, a Nova República busca uma nova estratégia a fim de conviver com a incômoda herança da tortura ao mesmo tempo que deixa impunes os torturadores.

"Rubens Paiva". As duas palavras foram balbuciadas pelo prisioneiro. As únicas que conseguiu articular ao médico e ex-tenente Amílcar Lobo. Estava transfigurado e tomado de "equimoses da cabeça aos pés". Paiva, a custo conseguiu pronunciar, o próprio nome. De outra forma, não seria identificado. Em nada se parecia ao homem seqüestrado de sua residência, na Avenida Delfim Moreira, por seis militares. Em pouco mais de 24 horas, o médico foi atrelado ao segundo andar do DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, 471, no Rio de Janeiro. Para chegar ali, o ex-deputado Rubens Paiva, 41 anos, viu-se obrigado a percorrer um penoso roteiro de suplícios. Na primeira parada, junto ao aeroporto Santos Dumont, foi longa e duramente espancado. Levado ao DOI-CODI, uma contínua sessão de tortura lhe dilacerou os órgãos internos, com rupturas no fígado e baço. Era madrugada do dia 21 para 22 de janeiro de 1971. Médico governava o Brasil. Sílvio Frota era comandante do I Exército, jurisdição onde Paiva morreu.

Abertura

Não se pode afirmar que a morte de Rubens Paiva, assim como as de mais de uma centena de desaparecidos, fosse assunto desconhecido no Brasil. Todavia, o caso ganha nova ênfase após ter sido reaberto o inquérito para investigá-lo pelo procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves. Essa não é igualmente uma atitude extemporânea do procurador. O inquérito só foi reaberto após bem medidos exercícios no interior da Nova República, cuja conversações oscilaram desde o ministério Paulo Brossard ao presidente Sarney. Tema avaliado, medido, pesado. Resta perguntar quais os dividendos que procura alcançar, mesmo que resulte em troca alguns arranhões?

Convivência

O episódio Rubens Paiva, em si, não tem conseguido revelar mais dados do que aqueles já publicados em obras de grande repercussão e mesmo anteriormente na imprensa. O problema deixa de ser um caso de Rubens Paiva. Agora, sabe-se que o cadáver está reconhecido e, portanto, restando saber o que foi feito com eles. E ao reconhecer o caso, a Nova República não está pretendo concretizar uma via para conviver com a herança da tortura, a ela dada no processo de transição? O primeiro exercício, nesse sentido, apesar do esforço estatístico que busca demonstrar que as Forças Armadas de hoje, pouco tem em comum com o período da repressão.

Tomando o Exército como exemplo, dos 12.500 oficiais existentes, 70 por cento deles eram colegiais na época. Os tenentes não haviam atingido a maioria. Metade dos capitães também eram menores e o restante não havia chegado aos quartéis. Dos maiores, 50 por cento tinham sido declarados aspirantes. Esta tese, sutilmente, quer fazer esquecer que os mestres da fase repressiva estruturaram um sistema de formação que reproduziu sua ideologia em milhares de indivíduos, materializando-se, na prática, em seus múltiplos aparelhos da "comunidade de informações".

Doutrina

Para ser verdadeira, na realidade a tese deveria concluir que, na Nova República, da repressão só restaram velhos e carcomidos exemplos, saudosistas e fanáticos espécimes das sevícias e flagelos. Mas essa caducidade não existe. Ao contrário, o Brasil possui o mais moderno e eficiente sistema de repressão e informações da América Latina.

O segundo exercício foi o da mudança da doutrina sobre o assunto. Agora é a de Anibal Bruno, jurista pernambucano. E tem no ministro Brossard o seu mais peremptório adepto. Seu enunciado professa que a Lei de Anistia extingue o crime e a pena, porém não apaga a história. O próprio Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves após alguns percalços com Brossard, aderiu a doutrina. Divulgou nota afirmando que "o fato como crime cessa de existir, mas subsiste como acontecimento histórico e dele podem resultar efeitos não penais. Um deles é a obrigação civil da reparação". A nota é uma clara defesa da impunidade dos torturadores, devendo tudo ser depositado nas costas largas da la "Nação", travestida de entidade abstrata.

No entanto, se por um lado setores da Nova República procuram adaptar essa herança em local cujos respingos não lhe atinjam, por outro, uma forte campanha no interior das Forças Armadas e principalmente tendo como origem a "comunidade de informações" deseja sepultar o passado. Depois do general Sylvio Frota praguejar contra a reabertura do inquérito de Rubens Paiva, uma outra voz revoltou-se na cúpula militar. O novo Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, ao ser empossado no cargo, diante de Sarney e demais ministros selou sua opinião: "se houve anistia é para que não haja reabertura de caso nenhum". Com uma folha de serviços onde realça a sua especialidade em guerra revolucionária e guerrilha, deixou como epílogo sua decisão: "não se vai mais falar nisso".



Versões

A afirmação do Ministro soa como ameaça. E é. Mas não impede que detalhes do seqüestro e morte estejam diariamente nos jornais. Seguem-se as testemunhas e os depoimentos na Polícia Federal avolumam o inquérito. Tem maior peso o do médico Amílcar Lobo, que durante a repressão avaliava a capacidade física dos torturados. Foi ele que ao ouvir as palavras finais de Rubens Paiva aconselhou que o remetessem ao hospital. Encontrando-o mais tarde morto, sem que o "paciente fosse removido". Amílcar não é a única testemunha. Pormenores já foram revelados há longo tempo. No entanto, não tinham sido considerados pela justiça. A professora Cecília Viveiros de Castro, que esteve na prisão juntamente com Paiva, em seu depoimento repetiu praticamente tudo o que já afirmara em entrevistas no passado. A novidade é que as afirmações das vítimas agora passam a contar com a confirmação de pessoas que atuavam nos órgãos de repressão. O inquérito também possibilitou o ressuscitar da explicação forjada na época para justificar o desaparecimento de Rubens Paiva. O general do Exército Raimundo Ronaldo Campos, então coronel e um dos envolvidos diretamente na morte de Paiva, ao depôr voltou a reprimir a versão de que o ex-deputado fora seqüestrado por "terroristas" no Alto

da Boa Vista. Essa história é tão absurda que para ser verdadeira teria que admitir que Rubens Paiva, com mais de cem quilos, massacrado pela tortura, com fratura no tornozelo, ainda reuniria a capacidade de saltar do banco traseiro de um Volkswagen, cruzar o fogo cerrado de sua escolta com os "terroristas e, enfim, escapar".

Estratégia

Chegando a esse estágio, o governo vai traçando sua estratégia para conviver com a herança, mantendo os torturadores impunes, reconhecendo que de fato houve tortura no país, mas tendo igualmente a preocupação de livrar as instituições. Esse esforço vem em benefício das Forças Armadas e de si mesmo. Mantém a relação confiável entre ambas. Enquanto isso, as forças de repressão continuam intactas, agindo dentro das normas fixadas pela Nova República mas também preservando uma espécie de faixa própria, como "comunidade" praticamente intocável. A "Nação", em tese, será a única e absoluta responsável. Por onde andarão os efetivos que torturaram milhares de pessoas, exilaram mais de dez mil políticos, prenderam centenas de estudantes e fizeram desaparecer mais de cem pessoas? Estarão eles de braços cruzados? Assistirão a história passivamente? Tudo o que se sabe é que continuam impunes. E a depender da Nova República continuarão assim.

Resistência a Pinochet

Os atiradores emboscados, no dia 7 de setembro, na Rodovia G-29, próximos a Cordilheira dos Andes, teriam alterado o quadro político chileno se o foguete jogado contra o carro do ditador Pinochet tivesse explodido. Mas o ditador conseguiu safar-se sofrendo apenas um leve ferimento na mão. Minutos depois do atentado, submeteu novamente todo o povo chileno ao cruel cotidiano de um estado de guerra, afirmando que a escolha política no Chile está dada entre ele e o caos.

Sobre os ombros ornados do ditador, pesa uma realidade social que poucos países no mundo podem se igualar, principalmente quanto a barbárie patrocinada pela Forças Armadas. Nos treze anos de regime, o saldo é desolador: 30 mil mortos, 1 milhão de exilados, 35 por cento (de um contingente de 3 milhões de trabalhadores ativos) de desempregados, 28 bilhões de dólares de dívida externa, 11 bilhões dólares de dívida interna.

A grande indústria chilena, calcada no "modelo econômico" de privilegiar cada vez mais os privilegiados, tem produzido uma massa de marginais e favelados que, segundo estudos do Instituto Latino-Americano de Doutrinas e Estudos Sociais, atinge 12 milhões de chilenos, vivendo em "extrema pobreza". O número de marginais e favelados atinge a um terço de toda a população do país.

No campo, a tragédia se amplia. A "extrema pobreza" submete 55 por cento das famílias de camponeses. Que migram para as cidades e engrossam as favelas de Santiago, onde perambulam junto a metade das crianças do Chile, entre 5 e 14 anos.

Esses párias constituem um dos focos fundamentais de revolta contra Pinochet. As "poblaciones" ou "barrias populares" (favelas em torno das cidades) estão em permanente estado guerra, recebendo de frente a crueldade do Exército Chileno, que pinta de negro a cara de seus soldados nas invasões aos bairros.

O segundo foco de resistência são as universidades,

onde conquistou-se a unidade de ação combativa contra Pinochet. As universidades também são o alvo preferencial dos militares e dos policiais que, a exemplo das "poblaciones", são patrulhadas diariamente.

O movimento sindical não apresenta o poder de luta de anos atrás. O exército de mão-de-obra barata acumulado nas cidades, o desemprego, a repressão sobre as entidades, praticamente desmantelaram os sindicatos. Ape-

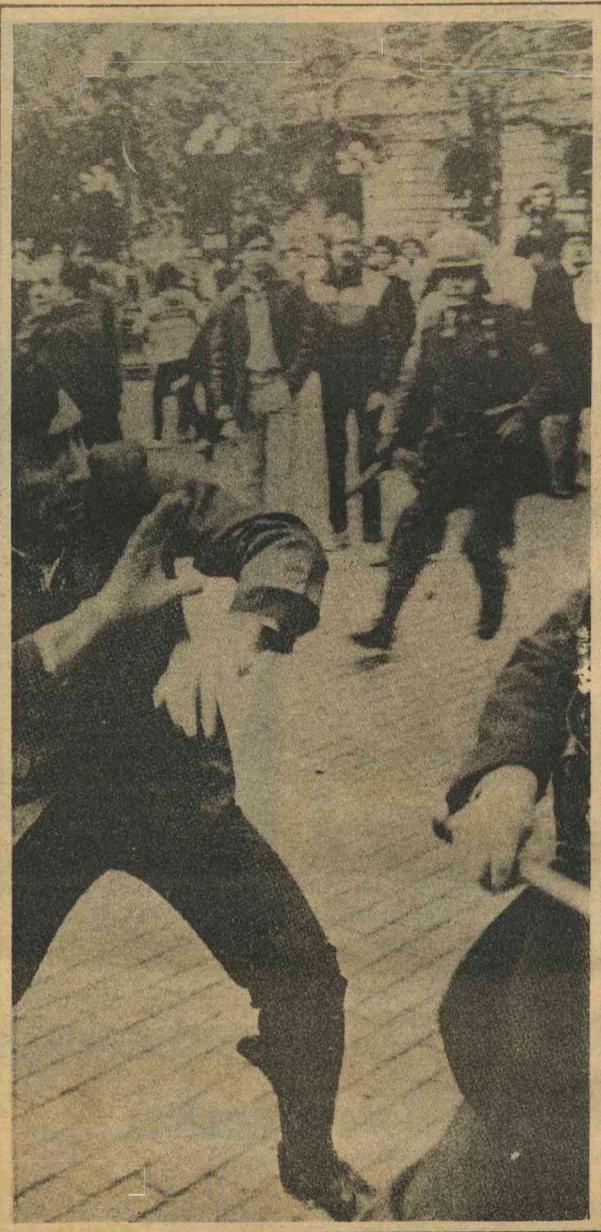
sar disto, as entidades dos operários e demais trabalhadores rearticulam-se e somam esforços na luta contra a ditadura de Pinochet. E surgem, agora, outras organizações populares baseadas na "solidariedade" e no "esforço coletivo" como formas de enfrentar a fome e a miséria generalizadas.

O trabalho de setores da Igreja e dos partidos de esquerda junto aos "pobladores" têm estado que essa massa humana fique desorganizada e atuando espontaneamente, encaminhando milhares de chilenos para as organizações de "pobladores", o que abre novos horizontes para o movimento popular no Chile.

O Chile hoje possui três grandes blocos de forças políticas. Além de Pinochet com sua turquia, seus canhões e seus carabineros, no campo da oposição estão a Aliança Democrática e o Movimento Democrático Popular. A AD, que tem como espinha dorsal o Partido Democrata Cristão, é uma articulação composta por organizações de centro e de direita que buscam uma saída negociada com setores mais "abertos" do regime militar. Patrocinou o chamado Acordo Nacional, apoiado pela Igreja oficial e visto com simpatia pelos Estados Unidos, que propõe uma transição para um regime civil e engloba todos os partidos de oposição excluindo apenas os que integram o MDP.

Do MDP, fazem parte, como segmentos mais expressivos, o Partido Comunista Chileno, o Partido Socialista (Almeyda) e o Movimento de Esquerda Revolucionário. É a frente de esquerda da oposição chilena e encaminha praticamente uma política de enfrentamento com o regime de Pinochet.

O povo chileno aspira e necessita da liquidação da ditadura militar. Mas um povo que ousou iniciar uma experiência nova, que fez de Allende seu presidente, que experimentou errar lutando esperará apenas uma transição controlada? Ao MDP caberá encontrar um caminho diferente.



Cláudio Fernando Ramirez F. 4

Qual é a posição da Central Única dos Trabalhadores chilenos acerca do episódio que envolveu o atentado a Pinochet?

Omar Bernardes: Nós temos a dizer o seguinte: este fato acontecido no Chile marca uma situação que vivem os chilenos, já há treze anos, e que tem muito a ver com a violação sistemática dos direitos da pessoa humana. Direitos em sua forma mais ampla, como direito ao trabalho, o direito ao lar, à moradia, à saúde, a educação, o direito à vida. Tem havido neste regime inúmeras agressões a opositores. Este regime de ódio e opressão tem nos mostrado que este fato acontecido é uma consequência desta política de violência e de terror implantada pelo general Pinochet nestes treze anos. Mundialmente há a certeza de que Pinochet é o obstáculo que os democratas chilenos possam encontrar uma saída para a transição e possam resolver os problemas desta crise geral da economia, dos valores, da sociedade como um todo, que foi consequência e responsabilidade direta de Pinochet. Nós entendemos que se o ditador tivesse sido morto, haveria um quadro novo no Chile.

O que conduziu Pinochet a decretar novamente o estado de sítio?

Bernardes: Temos aí uma atitude de muito própria da ditadura, que achou um pretexto para decretar o estado de sítio que já havia sido anunciado por um ministro há um mês antes do atentado.

O atentado foi apenas um pretexto?

Bernardes: Sem dúvida. A oposi-

ção à ditadura havia alcançado um nível de coesão muito grande e demonstrado em 2 e 3 de julho na greve geral convocada pela Assembléia da Civilidade, que é o maior instrumento de união alcançado nestes últimos tempos, composta por 18 entidades nacionais. Isso assustou a ditadura, que imediatamente passou a agir e prendeu 14 integrantes da executiva da Assembléia da Civilidade, e os manteve encarcerados por mais de um mês. Concomitantemente, falava-se em aplicar com mais rigor a lei e, se necessário, se repetiria o dia 11 de setembro e uma nova decretação

do estado de sítio. Inventaram, também, os arsenais guerrilheiros em vários locais no Chile, criando com isso ou preparando o caminho para aquilo que parecia inevitável: o atentado ao ditador e o pretexto final para a decretação do estado de sítio. Não resta dúvida de que tudo isso visa desarticular, desencabeçar a oposição, principalmente a oposição mais à esquerda, os estudantes, o movimento sindical e os partidos políticos mais combativos. Sob o disfarce da luta contra o terrorismo no Chile se pretende esfocar as organizações populares que querem uma saída

da democrática, como ficou comprovado na greve geral de 2 e 3 de julho.

Como ficam e quem são as forças de oposição a Pinochet após o atentado?

Bernardes: Teríamos que nos referir ao início do golpe militar, porque desde lá o congresso e os partidos políticos deixaram de existir legalmente. Tudo que existia de organização até o episódio do atentado, foi conquista da luta popular, a organização permanente do povo em geral chegou a uma etapa que realmente ameaçava a ditadura. Toda a mobilização, sob o estado de sítio, encontrará maior dificuldade num clima ainda maior de repressão. A ditadura tem em suas mãos facilidades quase absolutas para prender pessoas, suspender manifestações, impedir reuniões e, o que também é muito grave, a proibição de circulação de jornais e revistas e a censura total no rádio e na televisão. E a agressão física e a ameaça de morte aos profissionais da imprensa. Tudo o que havíamos alcançado está momentaneamente suspenso, tudo o que havia de mobilização contra a ditadura está sob ameaça. Agora devemos, através de muitos canais, rearticular toda a unidade da oposição, e esta é nossa principal tarefa no momento.

Mesmo antes do atentado, havia dificuldades em torno da unidade das oposições no Chile?

Bernardes: Houve uma tentativa, com certo êxito, de dividir as oposições, mas agora trata-se de nos unirmos sem exclusão, para realçarmos os espaços de mobiliza-

“O povo não pode se deixar massacrar”

Entrevistamos Omar Bernardes, membro do Comitê Exterior da Central Única dos Trabalhadores Chilenos. Ele nos fala sobre a situação atual do Chile, sobre o estado de sítio, a tortura e a repressão e sobre a luta do povo contra a ditadura nas novas condições.

ção que havíamos alcançado. Neste plano, é dá maior importância a solidariedade internacional e vemos com muito agrado que o Brasil começa a fazer parte deste campo de solidariedade. Isso auxilia a amarrar as mãos daqueles que no Chile hoje estão torturando. Temos dados, de que há 180 presos políticos, embora a polícia só reconheça 80 presos. A solidariedade internacional é fundamental para que esses presos sejam soltos ou, ao menos, que não sofram ainda mais nos cárceres. Há presos do Movimento Democrático Popular, que é o movimento que incorpora os partidos de esquerda. Está preso um dos líderes da Aliança Democrática, que incorpora o Partido Democrata Cristão e o Partido Socialista, além de setores da direita do denominado Partido Republicano. Esses dois blocos, o MDP e a Aliança Democrática, que são os mais importantes na política chilena, estão com os espaços limitados sob o estado de sítio e em recuo tático para poder reagrupar suas forças. Há sequestros e grupos paramilitares soltos no Chile, com todo o amparo do sistema. Eles visam principalmente os dirigentes políticos, personalidades, padres ligados de alguma forma ao movimento de oposição a Pinochet. As denúncias não abrandam o terror, que têm sua matriz no próprio ditador.

Há pouco o mundo ficou chocado com o fogo atado nos corpos de dois jovens chilenos. Após o estado de sítio fala-se em muitas mortes, entre elas a do jornalista José Carrasco. Como é que funciona, hoje, o sistema de repressão no Chile?

Bernardes: As informações que temos permitem dizer que os grupos paramilitares têm todo o apoio do regime, foram criados pela ditadura subordinados pela Central Nacional de Informações. Hoje esses grupos são denominados pela justiça de associações ilícitas, e são integrados por elementos vinculados às Forças Armadas. Isso ficou comprovado em processos sobre as mortes de três homens, em março, que foram degolados. Os juízes que conduziram estes processos comprovaram a existência de comandos que agiam com intimidade junto ao Exército e custou a deposição de um general ligado aos esquadrões da morte. Recentemente a justiça deu por encerrado um processo com relação ao desaparecimento de dez dirigentes comunistas, nos anos de 1975 e 76. O resultado do processo foi a prisão de 35 pessoas, das quais 33 eram militares da ativa envolvidos nos desaparecimentos, incluindo o general Lee, da Força Aérea e membro da Junta Militar. O caso dos jovens queimados chega às raias do incrível. Existem testemunhas que comprovam que os jovens foram queimados por integrantes de uma patrulha do Exército. Antes de queimados, foram barbaramente espancados. É um estado de repressão que beira a paranóia. A justiça declarou que só houve negligência de um tenente do exército, e liberou 24 responsáveis pelas mortes. Somente as pressões internacionais conseguiram mudar essa visão da justiça, e a reabertura do processo. Mas o que se sabia, pouco antes do estado de sítio, é que uma testemunha das vítimas havia sido presa. Isso tudo leva a crer que a versão do Exército, na qual ele afirma que as próprias vítimas se teriam queimado, prevalecerá. Isso já não surpreende mais ninguém no Chile, pois se sabe que a própria justiça é mais um aparelho nas mãos do ditador Pinochet. Isso quer dizer que até agora não se comprovou a responsabilidade de ninguém em todos os assassinatos ha-

vidos a opositores do regime. Não há garantias de vida e sob o estado de sítio este quadro tende a piorar ainda mais. A vida de todos os opositores a Pinochet corre sérios riscos e isso é que o mundo deve ter muito claro.

Além desta repressão e mortes, de alguma forma seletivas sobre dirigentes e lideranças populares, se percebe uma repressão generalizada sobre os bairros, sobre as universidades e sobre o próprio povo.

Bernardes: Sim, isso ocorre. Mas, logo após o golpe, as primeiras organizações que se criaram para se oporem ao regime foram as vinculadas aos direitos humanos. Estas organizações tomaram muita força no Chile, pois se preocupavam em resolver os casos dos desaparecidos e acumularam muitas informações que hoje servem a alguns juízes que lutam para desmantelar o aparelho repressivo. Isso permite identificar os responsáveis por muitas mortes, mesmo que o regime não tome conhecimento das denúncias. Essas organizações surgem no cotidiano chileno e se agregam a outras que também defendem direitos fundamentais do homem, como o direito a morar e a viver com dignidade minimamente assegurada, nos bairros e acampamentos. E se acrescem quando se exige o direito à educação, à saúde, à infra-estrutura sanitária básica. Isso ocorre também no movimento estudantil, quando os estudantes não querem reitores militares, e exigem a autonomia das universidades. Os trabalhadores reivindicam o direito de greve e salários justos. Isso criou uma experiência entre milhões e milhões de chilenos que a ditadura não consegue acabar. Mesmo que Pinochet prometa acabar com os que falam em direitos humanos.

Fala-se em uma possível divisão nas Forças Armadas chilenas. Quem sustenta Pinochet hoje?

Bernardes: Logo após o atentado, se noticiava que Pinochet conseguira uma nova vitória e isso asseguraria o poder ao ditador por mais uns anos. Isso não é verdade. A 5ª Divisão de Exército, sediada em Punta Arenas, através de seus chefes, exigiram que o regime esclarecesse o assassinato do jornalista José Carrasco. Isso comprova uma divergência importante dentro do Exército. Os chefes da 5ª Divisão têm mantido conversas com lideranças populares em toda a área, que, aliás, convive com um clima de repressão bastante baixo comparado a outras localidades em todo o Chile. Apontamos como um fato muito importante a atitude destes militares e entendemos que existem outros que podem vir a

adotar uma posição semelhante. E ainda prematuro falar de que todo o Exército possa tomar semelhante conduta. Mas é muito importante que os militares se conscientizem de que os chilenos querem uma saída.

Pinochet tem alguma base social de apoio hoje?

Bernardes: Muita gente crê nisso e pergunta em relação ao ato de apoio a Pinochet nestes últimos dias. O que não se sabe aqui no Brasil é que Pinochet vinha preparando este ato há mais de um mês, quando se declarou candidato a governar o Chile até o final do século. Ele está, portanto, em campanha para se reeleger. Para isso, está implementando vários esquemas que contam com o apoio de mais de trezentos e quarenta prefeituras, que são instruídas permanentemente. Também prepara uma legislação eleitoral onde ficará expresso quem vai votar. Está claro que quem teve qualquer tipo de problema com o regime será excluído. Sintetizando, deverá votar somente o partido militar, que é a base de apoio de Pinochet. Outros setores que sustentam Pinochet são os que têm se beneficiado com o regime, principalmente os banqueiros e grupos ligados ao sistema financeiro. O Chile está longe de ser aquele país que crescia como nos regimes democráticos. O acúmulo de nossas dívidas é espantoso, o acumulado até 1973 era de 4 bilhões de dólares, hoje passa dos 25 bilhões. Vivendo sua pior crise econômica, o dinheiro não é investido na produção, mais concretamente na industrialização. Os que lidaram com os empréstimos trataram de colocá-lo em suas contas na Suíça. Os Estados Unidos continuam sendo grandes aliados do regime chileno, embora falem muitas vezes

o contrário. Se agissem como propagam, há muito já teriam retirado o tapete do ditador. O Departamento de Estado condena com muita força o atentado a Pinochet, mas é paciente com a decretação do estado de sítio. Pinochet conta com o apoio dos Estados Unidos, no plano externo, e internamente tem todo o apoio dos militares.

Mas os Estados Unidos não defendem uma transição controlada para o Chile, que excluiria os setores de esquerda, mas que também excluiria Pinochet...

Bernardes: Também, tão controlada que excluiria o Movimento Democrático Popular (MDP). Concretamente podemos afirmar que os Estados Unidos querem o denominado Acordo Nacional para a democracia. O Acordo Nacional é um documento que conta também com o apoio de partes da Igreja e engloba todos os partidos menos o MDP. Nós, enquanto trabalhadores, entendemos que este documento não tem os elementos necessários para que seja um Acordo, ou que realmente interesse a todos os setores. Por isso o MDP não toma parte dele. Entendemos que a transição não deve favorecer os responsáveis por tantos crimes no Chile. O ponto de partida deve ser o de responsabilizar a todos que têm implicações com os crimes. Esse é um dos fatores de divergência, pois o Acordo Nacional não interpreta as coisas nestes termos.

O Movimento Democrático Popular e o movimento sindical excluiriam um acordo que aliviasse a cabeça dos responsáveis pela repressão e os crimes políticos?

Bernardes: De fato, entendemos que seria possível um acordo, mas não com as forças armadas de Pinochet, nem com aqueles que junto a Pinochet têm responsabilidades. O Acordo deve ser feito com militares que dêm garantias a oposição que as responsabilidades serão apuradas e que os direitos do povo serão respeitados.

Agora, sob o estado de sítio quando as coisas se complicam ainda mais para os segmentos de oposição, quais são as perspectivas da luta contra o regime de Pinochet?

Bernardes: Antes de tudo, é bom relembrar as palavras de Allende, dizendo que o povo não deveria se deixar massacrar. Todos entendemos seu recado e temos travado toda uma luta, que vem crescendo, consolidando e avançando. Mesmo que Pinochet utilize de todas as formas e meios para impedir esta luta, ele não tem conseguido. Ele seguidamente reafirma a declaração de guerra aos terroristas, mas nós sabemos muito bem quais os "terroristas" ele procura. Declarar guerra contra o povo é bem mais fácil, pois o povo está desarmado. O povo, mais uma vez deve e sabe como fazer para recuperar os espaços perdidos, mesmo sob o estado de sítio, experiência que passamos já pela terceira vez em 13 anos. Na outra vez em que foi decretado o estado de sítio, ele durou seis meses, até cair em completo desprestígio. Todos sabemos que o estado de sítio não traz a paz, que é uma farsa afirmar isso. Ele serve apenas para reprimir ainda mais. A solidariedade internacional, em casos como este, ajuda em muito a aliviar o clima de terror. Nossa experiência indica que a luta agora é para acabar com o estado de sítio, as experiências passadas demonstram que quando ele cessa, imediatamente as forças populares se rearticulam numa velocidade impressionante. Embora a luta continue sob o estado de sítio, só que em nível menor, ao nível do próprio acúmulo de forças.



Pinochet

PRISÃO E FÁBRICA: o destino da classe trabalhadora

WANDA LEMOS CARPELLER

A Prisão no Brasil

A prisão no Brasil, nos dias que correm, é palco de uma das mais dramáticas representações dos conflitos de classe e da tentativa do Estado de desempenhar seu papel repressivo sem máculas, criando leis aparentemente benéficas e utilizando-se da retórica para ocultar a verdadeira face da violência e da degradação humana que compõem o retrato do interior do sistema penitenciário.

Costuma-se discutir sobre a falência da prisão. Este debate gira, obviamente, em torno das premissas do classicismo penal e do pensamento liberal burguês que sempre procuravam vestir a prisão com as roupas do humanismo. Nesta visão correccionalista a prisão estaria efetivamente falida e haveria necessidade de formas alternativas de punição.

Assim, a falência da prisão enquanto pena por excelência do sistema capitalista seria mais nítida nos países periféricos em razão da sempre crescente marginalidade econômica, política, social e jurídica de grandes segmentos da população, e pode parecer tanto mais aguda quanto se mostram impossíveis as empreitadas reformistas para sua solução. As tentativas de reforma do sistema penal através de alterações na legislação e construção de novos complexos penitenciários têm demonstrado claramente que as condições reais de vida nas prisões permanecem as mesmas e a administração da justiça penal continua caótica.

Portanto, todo o empenho de caráter reformista para melhorar o sistema penal será sempre um esforço inútil. Em primeiro lugar, em uma análise de superfície, diríamos que é porque o Estado resiste à destinar verbas para as prisões já que o preso perde a cidadania e o direito ao voto. Mas, na essência, porque não interessa ao Estado mexer no emaranhado penal porque a prisão é estrutural ao sistema e, conserva ainda alguns aspectos de sua funcionalidade na medida em que constitui-se como o locus privilegiado de controle da classe trabalhadora strictu sensu e dos segmentos marginais da sociedade. E, neste contexto, seria relevante observar que o Estado, na combinação e na interligação dos elementos de sua dominação, procura não somente pela retórica, mas também pela burocracia e pela violência, individualizar as questões criminais, de tal sorte que os problemas ligados à prisão ou ao acesso à administração da justiça penal não são jamais vistos como coletivos.

Em tempo de fechamento político, a violência e a burocracia mantinham o controle absoluto do sistema penal. O período da abertura foi pródigo em retórica, e não há melhor exemplo do que o Rio de Janeiro onde se fez muito discurso bonito sobre os direitos humanos dos presos e a situação da prisão permanece explosiva. Aliás, a retórica não é privilégio do Executivo, também na legislação aparece uma brilhante retórica sobre as novas formas de execução da pena e sobre o caminho da desinstitucionalização que, na verdade, só tem aumentado o caos no sistema. Mas este seria, por certo, tema para outro artigo.

Não resta ilusão. A prisão só será extinta quando acabar a exploração do homem e quando construirmos uma sociedade verdadeiramente livre.

“O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força e do poder do Estado; mas como poderia ser diferente?”

Lenin

Não poderia ser diferente. O Estado burguês — expressão máxima da hegemonia econômica-política da classe burguesa no poder — que explora e oprime a classe trabalhadora, traz consigo, desde os alicerces de sua formação, o desenvolvimento de novos instrumentos punitivos e de modernas formas de castigo que seriam mais compatíveis com as idéias liberais que a burguesia foi desenhando para si própria em sua escalada para a dominação dos povos.

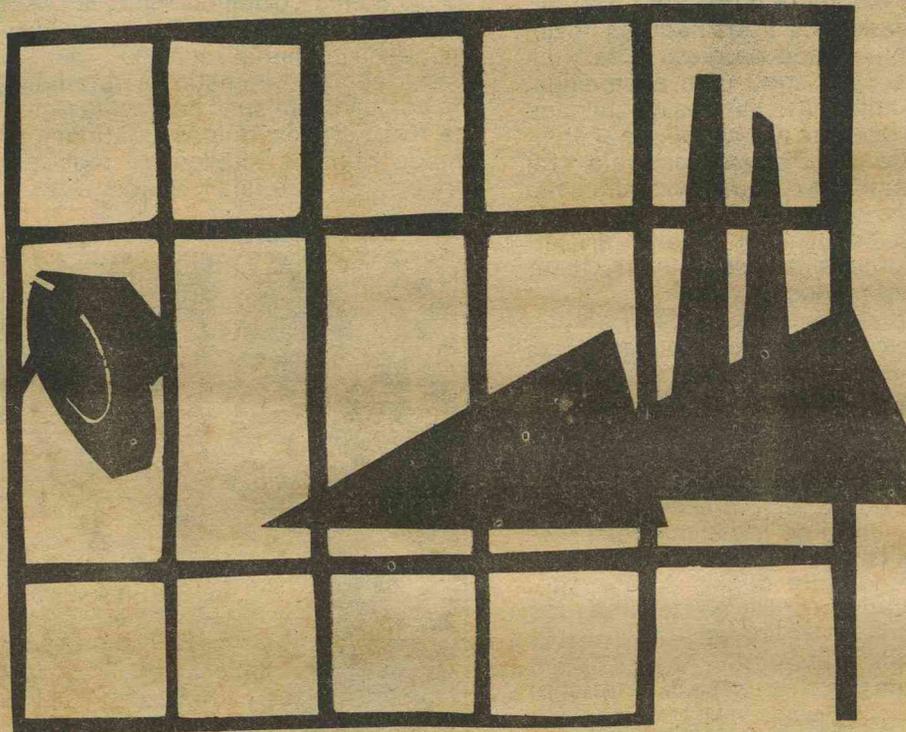
Mas, o Direito visto pela ótica marxista coloca o rei nu. A análise histórico-estrutural mostra-nos que o novo castigo — a prisão — surge com o modo capitalista de produção.

E as formas punitivas vão se transformando na medida em que mudam as bases econômicas da sociedade. Com o acúmulo do capital e sua expansão, com o aparecimento das indústrias têxteis, não há mais necessidade de eliminação física dos trabalhadores. Pelo contrário, a vida dos homens é agora necessária para o trabalho da fábrica, e, neste contexto sócio-econômico toma corpo a Reforma Penal que se cristalizará em 1.700, como o movimento humanitário que se insurge contra as penas infamantes e propõe outras penas que não dilaceram os corpos. Os corpos servirão como força matriz da produção, os homens devem viver e não morrer.

A Prisão e a Fábrica

A prisão nasceu junto com a fábrica. Relega ao esquecimento todas as outras formas de punição e se institui como a pena por excelência do modo de produção capitalista. No início, a prisão servia apenas como local onde ficavam reclusos os vagabundos, os arruaceiros, as prostitutas, os velhos e as crianças à espera de seu destino. Com o passar do tempo, e sobretudo com a necessidade de disciplinar as classes expropriadas para o trabalho das fábricas, a prisão vai adquirindo o perfil, pouco a pouco, de **sistema penitenciário**. O aspecto penitenciário significa justamente o **plus** de disciplina que se adiciona à privação da liberdade, e, é estrutural ao modo de produção capitalista porque condiciona o preso para o trabalho da fábrica, para a sua disciplina, para sua mecânica de funcionamento. Assim, a prisão enquanto sistema torna-se o locus de transformação dos indivíduos em homens-máquinas, e, desde o século XVII a obtenção da mais-valia sobre o trabalho do prisioneiro é fator relevante para a acumulação de riquezas.

A primeira “casa de correção” de que temos notícia surgiu na Inglaterra em 1552 e, ainda no século XVI outras instituições semelhantes foram aparecendo em vários países da Europa. No início do século XVII a Holanda constrói suas célebres “casas de trabalho” (workhouse) chamadas “Rasphuis”, nome proveniente da principal ocupação dos presos que consistia em raspar a madeira de um tipo de árvore cuja tinta era utilizada como colorante na indústria têxtil. Acredita-se que tenha sido o “pau-brasil”. A Holanda, aliás, foi o primeiro país que racionalizou o castigo prisional: construiu unidade-prisionais diferenciadas para homens, mulheres e jovens, e a disciplina era tão rigorosa que, segundo os historiado-



res, os homens aí não eram corrigidos, mas sim domados.

No século XVII tanto a fábrica como a prisão funcionavam a pleno vapor. Foi o tempo da arquitetura do vigiar, e Jeremy Bentham publica seu livro “O Panótico”, onde divulga as idéias de como os homens podem controlar outros homens através de modelos arquitetônicos propícios à tecnificação do castigo. A técnica se aprimora com a ordem e o progresso. E então, a prisão e a fábrica passam a ter a mesma feição externa e o mesmo funcionamento interno, onde se impunha uma dura disciplina para o trabalho.

A prisão foi extremamente funcional ao capitalismo nascente como ainda o é, mesmo passados mais de dois séculos, e tendo o capitalismo adquirido o perfil monopolista financeiro. Naquela época, sua funcionalidade residia na apropriação do trabalho, no fato de que o homem preso sob custódia do Estado servia à este como mão de obra gratuita. Hoje, principalmente nos países de economia periférica e dependente, o caráter recessivo do capital não

mais permite que o trabalho e sua exploração, constitua o objetivo primeiro da existência da prisão. E, então, dentro da mesma lógica, a prisão passa a ser novamente o local onde se depositam os trabalhadores sem fábricas, onde se castigam os vagabundos que perambulam pelas ruas cometendo pequenos furtos. O Estado, através de seus braços armados, faz uma repressão seletiva, direta e violenta sobre a classe trabalhadora que forma o exército industrial de reserva.

Por mais que se queira esconder e tornar a prisão uma região sombria e abandonada, esta aparece como um grande espectro social exatamente por sua funcionalidade ao sistema capitalista de produção. É o lado mais exposto do câncer visceral das relações entre o capital e o trabalho. E aí, neste recorte do social, a violência não precisa de máscaras e a classe trabalhadora não inserida no sistema produtivo é esmagada sem grandes retóricas; que, aliás, só são utilizadas em períodos de grandes engodos ideológicos como o que agora vivemos.



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ

Assine:

Desejo receber uma Assinatura do Jornal Fazendo o Amanhã. Para tanto estou enviando pelo Correio juntamente com este cupom um CHEQUE NOMINAL ou VALE POSTAL para a Agência Bela Vista em nome da Editora Outubro Ltda. Rua Santo Antônio, 446 - Conj. 91 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01314 - Tel. 324685, segundo a seguinte opção:

- Anual (12 números) 60.000
- Anual Especial de Apoio 1... 200.000
- Semestral (06 números) 30.000
- Anual Especial de Apoio 2... 100.000

A PARTIR DO NÚMERO

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado:

CEP: Tel.: Profissão:



A cor que Hollywood não podia entender

Um filme não se mede pelos litros de lágrimas que faz a platéia derramar. Mede-se, isso sim, pelo grau de dignidade que impõe aos seus personagens e por sairmos convictos que aquilo que vimos é possível. É verossímil. A verdade do diretor, passa a ser a nossa verdade. E sua crença, nossa crença. Assim é *A Cor Púrpura* de Steven Spielberg.



A realidade é de quem faz, já dizia o homem que odiava a sutileza. O diretor de cinema Steven Spielberg, com certeza não está entre os seguidores dessa jóia do pensamento que ainda persiste em altas cabeças. Cabeças quem nem sempre resistem quando, uma boa aterrissagem lhes dá o cotidiano (e seus dramas mesquinhos) como algo a ser resolvido, no mínimo, com uma certa dose de humor, para não cair na mediocridade.

O filme *A Cor Púrpura* é esse necessário reverso que dá ao ser humano chave elementares (mas fundamentais) para problemas que olhados superficialmente tornam-se banais. Diz a crítica especializada, ser este o primeiro filme sério de Spielberg. Aquele onde o mais amado diretor do cinema americano teria colocado suas esperanças de conseguir finalmente o Oscar da poderosa Academia de Hollywood. Nenhum de nós pode sequer perscrutar o que passa pela cabeça do diretor. Seus sonhos individuais pela fama não cabem ser discutidos. Mas devemos, antes de mais nada, ter claro que em nenhum momento *E.T.* — *O Extraterrestre*, deixa de ser um filme sério porque trata de uma aventura da qual participam crianças, a partir delas e para elas. Spielberg tem um senso raro para captar emoções nos subsumidos do sistema. E faz isso sem esquecer que o cinema é antes de tudo uma arte que leva a diversão ao espectador. Uma diversão mágica que nos faz cúmplices de outros tantos seres na respiração, no riso, na fórmula salvadora de assoar o nariz na manga da camisa quando o choro supera o limite dos olhos e transborda.

Sem dúvida, muitos dos que foram ver *A Cor Púrpura*, tiveram seus limites transbordados, mas não é sobre o "vale de lágrimas" que se deve falar como a crítica insiste em priorizar. Deve-se falar, em primeiro lugar, do estranho mal-estar que perpassa pela platéia quando realmente se dá conta de que o filme é feito só com negros, e do ponto de vista dos negros, do começo ao fim. É difícil não rir nas cenas onde Whoopi Goldberg, a Celie, nos presenteia com seu enraizado humor. Mas de quem rimos nós? É difícil rir, quando temos um sentimento estranho e novo brotando. Pela primeira vez os negros tomam conta do

elenco com todas as emoções que são dadas sentir ao ser humano. O negro feio, o bonito, o bom e o mau estão presentes, com todas as suas infinitas contradições, nuances. Com todos os corregos onde é capaz de desaguar qualquer mortal. Este é o fundamental presente que nos dá Spielberg. A crítica preferiu dizer que era um belo melodrama para fazer chorar a platéia. Hollywood exorou: concorrendo para onze Oscars, *A Cor Púrpura* não teve nenhuma estatueta. Mas dá para entender o que passa por Hollywood e pela crítica também. Eles estão juntos ao tentar retirar do filme o que ele realmente representa para colocá-lo no lugar de um dramalhão berrarquitectado por Spielberg. O filme sai muito bem desse obtuso caos que lhe reservaram. São três os pontos que percorrem insistentemente as três horas do filme onde a sensibilidade do diretor nos deixa com a emoção embaciada. Três pontos que delineiam o filme.

Onde a tristeza se decompõe pelo humor

Celie é uma mulher que aos 14 anos já tinha dois filhos com seu padrasto, dados por ele, ao nascer, para outra família criar. É dada como esposa a Mister, um viúvo não menos bruto que o padrasto, já com filhos para criar. A irmã, única referência de amor que tem sua vida, é separada de seu convívio pelo marido. A partir daí a rotina diária torna-se uma sucessão que entrelaça tristeza e hu-

mor reunindo Whoopi Goldberg (Celie), Oprah Winfrey (que faz a irascível e sentimental Sofia, casada com um dos filhos de Mister) e Margaref Avery que interpreta Doci, uma cantora negra pela qual Mister é apaixonado e que acaba indo morar na casa do amante.

É gostosa a cena que Celie leva comida para Doci, enfraquecida numa cama. A intuição leva Celie a tratar a amante do marido como uma hóspede especial já que a casa onde mora nunca foi realmente sua e homens estranhos passam por ela. E quando, na inauguração de um cabaré que o filho de Mister monta, Doci canta o "Blue para Miss Celie" ela vê sua intuição plenamente recompensada. Doci é tão doce para Mister como acabaria sendo para ela: tábua que equilibra a vida sempre prestes a desabar. A cena onde Doci força Celie e olhar-se no espelho é ontológica. "Tira as mãos da boca. Sorria, você é bonita!". Doci a leva por caminhos inesperados onde a relação homossexual dará o rumo da liberdade. Não apenas contra o homem Mister, mas contra o mundo que se enraiza nele, a cada dia que passa, com mais tirania.

Cuspir na água que o sogro vai beber é o máximo de vingança a que se permite Celie, que ao unir tristeza, timidez e humor tira a personagem do esteriótipo a que estaria fatalmente relegada, como mulher sofrida, submissa, espancada.

Onde a mulher

Numa sociedade como a do filme, onde os negros formam um micro-sistema social e onde se repõe com mais intensidade a repressão que eles sofrem do todo dominado pelos brancos, a mulher torna-se infinitamente oprimida. Como o livro homônimo de Alice Walker, o filme de Spielberg mostra às mulheres de onde vem a condição a que estão submetidas. De onde sua timidez. De onde o andar no costado das paredes. A negra Sofia, nesse quadro todo, é um acinte. Ao casar com o filho de Mister ela comanda a casa. Celie, como toda mulher ignorante que apenas conhece uma lei e uma realidade diz ao enteado que deve sorrir a esposa. Sofia deixa marcas incontestáveis no marido. Sua fúria contra o "destino" de gata espancada não leva ninguém livre e ela consegue de certa maneira impor e traçar uma vida mais digna. Vida que vai esbarrar justamente nos brancos da cidade quando ela esmurra o prefeito da cidade. Sofia é presa e ao sair está decididamente outra mulher. Indiferente. Medrosa. Domesticada. Permanece assim até o dia que Celie avisa Mister que vai embora com Doci. "Monte de bosta" é o mínimo que Celie diz para o marido, numa mesa onde se regala toda a família. A opção por Doci é a opção pela felicidade. Ela mesmo já havia dito que andava feito abelha atrás do mel que a cantora possuía. É a paixão púrpura, poro a poro. A realidade nem sempre é de quem faz, ensina a Celie de Spielberg. Há nuances insuspeitáveis no indivíduo e é nelas que devemos apostar.

Onde a música e que música!

Quincy Jones, o já lendário maestro que os brasileiros viram regendo o coral de estrelas em "We Are the World", foi o responsável pela trilha musical de *Cor Púrpura*. Nada mais sedutor que o "Blue para Miss Celie" onde ele coloca novamente o blue com a interpretação e a batida que os negros americanos criaram e que Janis Joplin, depois, disseminou. Blue é um ritmo pegajoso, entranha na alma. Desequilibra nossos açúcares. Roda o chão. Música de estalar os dedos. Bater forte com os pés no chão. É música de povo músico. Música de oprimido que canta na igreja, na construção da linha férrea, no cabaré. Quincy Jones conseguiu isso tudo. E Spielberg não teve dúvidas: assume todas as críticas que poderiam vir e vieram, quando coloca Doci, à frente de um batalhão de negros dançando, entoando um cântico de igreja, para fazer as pazes com seu pai: pastor que a tinha rejeitado pelo comportamento "indecente" que adquirira. Quem tem música na veia canta em qualquer lugar, por qualquer motivo e por nenhum também. Esse é o sentimento. Não tenhamos rasgos de fúria contra a igreja que o pastor representa. A igreja, em sua história, foi para os negros norte-americanos um dos únicos lugares onde podiam se divertir e cantar, não tanto a Deus, mas ao encontro de amigos, com o alucinante ritmo que vemos recriado por Quincy Jones, sem os "branqueamentos" que geralmente ocorrem hoje nas músicas gravadas.

Em resumo: veja e ouça com atenção e emoção *A Cor Púrpura*, uma lição de vida que Hollywood não poderia mesmo entender.